

**1ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 74.ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 8 de Junho de 1971**  
**(Terça-Feira)**

Presidência do sr. deputado Antônio Costa, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguialdo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franozni, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes os srs. deputados: Paulo Camargo, Pinto Dias e Wilson Brandão (3).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a  
**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
**E X P E D I E N T E :**

**MENSAGENS:**

Curitiba, 24 de maio de 1.971.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei dispondo sobre a inclusão de um parágrafo ao art. 53, do Estatuto dos Funcionários Civis do Poder Executivo do Estado do Paraná.

2. A Constituição Estadual promulgada a 28 de janeiro de 1970, em seu art. 157, no Título que dispõe sobre as Disposições Gerais e Transitórias, declara extinto o expediente, aos sábados, nas repartições públicas em geral e estabelece as exceções que devem ser disciplinadas por atos executivos.

3. Por tratar-se de disposição transitória da Lei Maior, faz-se mister a sua inserção, como norma permanente, na Lei que regula o regime jurídico



dos funcionários públicos, perdendo assim o seu caráter de transitoriedade.

4. Certo de que essa Colenda Casa, compreendendo a intenção deste Executivo, dará ao anteprojeto de Lei proposto o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) HAROLDO LEON PERES — Governador do Estado

### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica incluído, o Art. 53, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 — Estatuto dos Funcionários Cíveis do Poder Executivo do Estado do Paraná, um parágrafo terceiro, com a redação seguinte:

“Não haverá expediente aos sábados nos órgãos da Administração direta e indireta do Estado, exceção daqueles que, pela sua natureza especial de segurança, ensino, saúde e imprensa, sejam imprescindíveis à comunidade”.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

### MENSAGEM

N.º 12-71

Curitiba, 24 de maio de 1.971

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar à apreciação de Vossa Excelência, o incluso anteprojeto de lei, que objetiva a integração do sistema fazendário do Estado do Paraná com os de seus Municípios, através da instituição de um “Programa de Integração Fazendária — PROFAZ”, a ser estabelecido mediante a celebração de convênios entre os dois níveis de Governo.

A medida proposta objetiva motivar os Governos Municipais a uma efetiva conjugação de esforços, através da implantação de um mecanismo que permita a sua participação direta nos acréscimos da receita originada pela cobrança do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias, com a reversão de parcela em seu próprio benefício, não apenas pelo “Programa de Integração Fazendária — PROFAZ”, como também pelo acréscimo correspondente de suas cotas no “Fundo de Participação dos Municípios no I.C.M.”. Na forma em que foi estruturada a sistemática do Programa, a participação de cada Município estará diretamente relacionada com a atuação do respectivo Governo Municipal em melhorar os níveis de arrecadação, já que a base para o cálculo de sua parcela será o saldo positivo entre o valor previsto e o efetivamente arrecadado no território municipal, através do recolhimento efetuado por meio de guias de Comércio e Indústria.

A distribuição das parcelas referentes a cada Município participante, será efetuada através de crédito em conta específica a ser mantida na agência do Banco do Estado do Paraná S. A. da mesma localidade onde a Agência de Rendas do Município realizou os depósitos de sua arrecadação, após a aprovação de planos de aplicação anuais dos recursos do “PROFAZ”, cujos critérios de elaboração serão estabelecidos através de Decreto do Poder Executivo. Esta sistemática de distribuição evitará qualquer emperramento de ordem burocrática, permitindo aos Municípios participantes a utilização dos recursos a que tem direito independentemente de qualquer processualística de despesa.

A regulamentação de forma de cálculo das previsões e dos critérios a serem estabelecidos para a aplicação e prestação de contas dos recursos do “PROFAZ” deverá ser feita através de Decreto do Poder Executivo, a fim de permitir a flexibilidade necessária ao perfeito funcionamento do programa, principalmente em sua fase de implantação.

Conforme o disposto no parágrafo único do artigo 3.º e no parágrafo único do artigo 4.º, da Secretaria da Fazenda providenciará a publicação no



Diário Oficial do Estado, respectivamente até 5 (cinco) dias antes do início do mês base e até 20 (vinte) dias após o término do mesmo, de relações contendo a previsão da arrecadação em todos os Municípios do Estado e dos valores efetivamente arrecadados.

Ressalte-se, também, como um dos principais objetivos do "PROFAZ", o estabelecimento de medidas tendentes a motivar contribuintes e pessoal afeto à execução de tarefas fazendárias, através de campanhas de esclarecimento e de aperfeiçoamento técnico.

Certo de que a medida ora submetida a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) HAROLDO LEON PERES — Governador do Estado

### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica criado o "Programa de Integração Fazendária — PROFAZ", administrado pela Secretaria da Fazenda, com o objetivo de promover a integração dos sistemas fisco-arrecadadores do Estado do Paraná e de seus Municípios.

Parágrafo único — Participarão do "Programa de Integração Fazendária — PROFAZ" todos os municípios que venham a celebrar Convênio específico de interesse mútuo para a execução de projetos de melhoria da arrecadação, através de medidas do controle e esclarecimento de contribuintes, aperfeiçoamento de pessoal em técnicas fazendárias e troca de informações fiscais.

Art. 2.º — O "Programa de Integração Fazendária — PROFAZ", será provido por parcela equivalente a 20% (vinte por cento) do saldo positivo entre a previsão e a arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias relativa aos recolhimentos efetuados através de Guias de Comércio e Indústria.

Parágrafo Único — Para efeito de cálculo do percentual de que trata este artigo, somente serão computados os valores previsto e arrecadado, mensalmente, referentes a participação Estadual no referido tributo.

Art. 3.º — A Secretaria da Fazenda incumbirá a elaboração das previsões da arrecadação mensal do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias, relativas à participação de que trata o artigo anterior, referentes a cada Município participante do "PROFAZ".

Parágrafo Único — A Secretaria da Fazenda providenciará a publicação, no Diário Oficial do Estado, até 5 (cinco) dias antes do início do mês a que se referem as previsões, a relação de todos os Municípios do Estado, com seus respectivos valores previstos.

Art. 4.º — A participação de cada Município será obtida através da aplicação direta do percentual de 20% (vinte por cento) sobre o saldo positivo verificado entre o valor previsto e o efetivamente arrecadado no mês base, dentro do seu território.

Parágrafo Único — Até 20 (vinte) dias após o término do mês base, a Secretaria da Fazenda providenciará a publicação, no Diário Oficial do Estado, de relação contendo a arrecadação em todos os Municípios, bem como a participação de cada um no montante dos recursos obtidos pelo "Programa de Integração Fazendária — PROFAZ" no mesmo mês.

Art. 5.º — A distribuição dos recursos suplementares de que trata o artigo 4.º, em favor dos Municípios participantes, far-se-á em consonância com os respectivos planos de aplicação aprovados pelo Chefe do Poder Executivo Estadual e mediante crédito em conta específica a ser mantido na agência do Banco do Estado do Paraná S. A., localizado na praça em que se processem os depósitos da arrecadação verificada no Município, por parte da respectiva Agência de Rendas.

Art. 6.º — O Poder Executivo regulamentará, através de Decreto, em prazo não superior a 30 (trinta) dias a contar da data desta Lei, a forma



de cálculos das previsões de que trata o artigo 3.º, bem como dos critérios a serem estabelecidos para a aplicação e prestação de contas dos recursos do "PROFAZ".

Art. 7.º — Os encargos decorrentes da execução do "Programa de Integração Fazendária", de que trata o artigo 1.º e seu Parágrafo Único, correrão através do Programa "Encargos Gerais do Estado", dotação 71-0.9-90-10-0, Consignação 3.1.4.0 — Encargos Diversos.

Art. 8.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite do excesso de arrecadação efetivamente realizada, nos termos do inciso II do § 1.º do artigo 43 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1.964.

Art. 9.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

#### OFÍCIOS:

Sob o n.º 40-71, do senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Parcialmente, o Projeto de Lei n.º:

300-71: — Oriundo de Mensagem Governamental sob o n. 42-70, que visa fixar a estrutura da Secretaria da Procuradoria Geral da Justiça e organizar o Quadro Próprio de Pessoal daquela Procuradoria, tendo o veto parcial aposto incidido sobre os parágrafos 1.º e 2.º, do artigo 1.º e sobre o artigo 6.º. — A C.C.J..

Sob os nrs. 33, 34, 35, 36, 37, 38 e 39-71, do senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente, os Projetos de Lei nrs.:

109-70: — Do senhor ex-deputado estadual Tulio Vargas, que visa transferir para o Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a rodovia que liga Maringá e Bonsucesso, via Aquidaban. — A C.C.J..

32-70: — Do senhor deputado Leopoldo Jacomel, que visa criar na sede do Município de Palotina, uma Escola Normal Colegial, para funcionar a partir do ano próximo letivo. — A C.C.J..

119-70: — Do senhor ex-deputado Olivir Gabardo, que visa criar os "Jogos Olímpicos Brasileiros", a serem efetuados quadrienalmente no Estado do Paraná, a partir do ano de 1.971 e sob os auspícios do Governo do Estado. — A C.C.J..

188-70: — De origem da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, que visa transferir para o Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga Campo Mourão, Araruna, São Lourenço à Cianorte. — A C.C.J..

152-69: — Do senhor ex-deputado Olívio Belich, que visa transferir para o Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que intreliga a localidade de Góes Artigas, no município de Incio Martins, a sede do município de Pinhão, passando por Zattarlândia. — A C.C.J..

301-70: — Do senhor ex-deputado Mattos Leão, que visa restabelecer, a partir de 1.º de novembro de 1.970, a Gratificação Individual de Produtividade ao pessoal das Administrações dos Portos de Paranaguá e Antonina e estender os benefícios do art. 3.º, da Lei n.º 6.156, de 2 de outubro de 1.970 aos Engenheiros e Arquitetos da Estrada de Ferro Central do Paraná e dos Departamentos de Edificações e Obras Especiais, de Água e Esgotos, de Águas e Energia Elétrica e de Geografia, Terras e Colonização. — A C.C.J..

176-69: — Do senhor ex-deputado Estadual Túlio Vargas, que visa autorizar o Poder Executivo através do Departamento de Estradas de Rodagem, a celebrar convênio com o município de Floresta, para proceder a pavimentação asfáltica da via que liga a sede daquele município à Rodovia Maringá-Campo Mourão. — A C.C.J..



Sob o n.º 125-71, do senhor Fernando Antonio Vieira, Juiz Eleitoral da 97a. Zona de Iporá, encaminhando cópia da Ata de apuração da consulta plebiscitária, de acordo com a Lei Complementar n. 1 de 9 de novembro de 1967, referente a Resolução 25-68, de 17 de dezembro de 1968, desta Assembléia Legislativa a fim de decidir sobre a criação do município de Francisco Alves. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 375-71, do senhor Cássio Bittencourt Macedo, secretário de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, prestando informações a Requerimento do Senhor Deputado Domicio Scaramela. — Ao conhecimento do senhor Deputado interessado.

## REQUERIMENTOS:

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer regime de urgência para o Projeto de Lei n. 33-71.

Sala das Sessões, em 3 de junho de 1971.

(a) Paulo Poli

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado e encaminhado ao dr. Wilson Ribeiro dos Santos, DD. Diretor do D.E.R., o "Croquis da BR-373, bem como assinaturas" dos proprietários de terras situadas ao longo da referida rodovia, solicitando que seja feito um estudo da possibilidade da construção de uma estrada carroçável margeando o trecho Três Pinheiros-Pôrto Santa Maria, para o trânsito de animais e carroças.

Prende-se o pedido ao fato de que naquela região é intensa a demanda de tropeiros e carroças, o que ocasiona sérios acidentes e desastres na Rodovia citada, sem que se possa entender de quem seja a responsabilidade.

Região de criação de gado e agricultura, é servida unicamente por rodovia asfaltada, havendo a estrada carroçável sido interrompida pela construção da BR, sem que se reconstruísse a paralela que pudesse ser utilizada por animais de carga e tração, bem como por tropas de bovinos de corte, o que torna imperativo a realização de uma estrada destinada ao trânsito de animais e carroças.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1971.

(a) Nivaldo Krüger

### Requerimento

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário,

Requer seja oficiado ao exmo. sr. Prof. Haroldo de Souto Carvalhido, digníssimo Secretário de Educação e Cultura do Estado, manifestando a satisfação desta Casa pela reabertura do Grupo Escolar "João Mazarotto", sito na Vila Araçá, nesta Capital.

O motivo de apresentarmos a presente proposição, é o de que estive, conjuntamente com uma comissão de trinta e cinco mães, que representavam todas as demais famílias responsáveis pelos 450 alunos que ali estão agora matriculados, oportunidade em que gestionamos junto ao sr. Secretário e Inspeção Regional de Curitiba, para que fossem tomadas todas as urgentes medidas para reabertura daquele estabelecimento.

Agora, solucionado o problema, há grande satisfação por parte dos pais e alunos que se regozijam pela pronta atuação do Secretário, Prof. Haroldo Souto Carvalhido, que de imediato tomou aquelas providências que se faziam necessárias para a escolarização dos alunos que, juntamente com



os pais, aflitivamente viam o ano passar sem que a situação fôsse normalizada.

Além do elevado número de alunos, ainda o fato de ser a Vila Araça-Capão Razo, um bairro de pessoas que não dispõem de grandes recursos, mais ainda se agrava o problema, pois as famílias não podiam enviar os filhos para outros bairros, devido ao custo das despesas de transporte.

Daí a relevância da solução dada, que veio de encontro às necessidades da população.

Uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao digníssimo Secretário de Educação.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1971.

(a) Igo Losso

### Requerimento

Senhor Presidente:

Veio a público notícia de relevante importância, referente às modificações que serão introduzidas em seus serviços, pelo Departamento Estadual de Trânsito.

Segundo consta, várias de suas circunscrições serão extintas, quais sejam, as de Irati, Ibaiti, Bandeirantes, Góio-Erê, Cruzeiro do Oeste, Loanda, Nova Esperança, Porecatú, Cornélio Procópio e Cianorte. Permaneceriam as circunscrições de Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, União da Vitória, Pato Branco, Cascavel, Guarapuava, Telêmaco Borba, Jacarezinho, Londrina, Apucarana, Campo Mourão, Umuarama, Maringá, Arapongas e Paranavaí, no total de dezesseis.

É sabido que os pedidos de criações de novas circunscrições são muitos, face às distâncias existentes entre os núcleos populacionais e a sede de suas respectivas circunscrições.

Parece fora de dúvida que as circunscrições existentes têm correspondido aos interesses comuns, como ocorre com a repartição de Cruzeiro do Oeste, instalada em 1963, e que tem dado atendimento às populações de Tapejara, Tuneiras do Oeste, Maria Helena, Umuarama e Cianorte, pois as duas últimas, embora criadas, não foram ainda instaladas. Se vier a ser extinta a circunscrição de Cruzeiro do Oeste, todo o seu núcleo populacional terá que se dirigir à sede de Umuarama, no trato de seus interesses relativos ao trânsito.

Cumprе sublinhar, outrossim, as dificuldades que advirão a essas populações nos casos de acidentes, expedição de carteiras de motoristas, recolhimento de taxas, multas e outros emolumentos, que passariam a ser tratados em lugares distantes de suas residências. Góio-Erê dista 70 (setenta) quilômetros de Campo Mourão, por via não pavimentada, e é outro exemplo a ser frizado.

Diante do exposto, é de se convir que o assunto fique devidamente esclarecido nesta Casa, pois, razões outras e mesmo outras medidas ainda não reveladas devem existir e merecer igual ponderação. Somente a douda direção do Departamento Estadual de Trânsito poderá, portanto, esclarecer devidamente os pontos aqui abordados.

Assim, o Deputado Estadual infra-assinado, com fundamento no art. 134, § 4.º, I e II, do Regimento Interno, requer, com aprovação do Plenário, seja encaminhado ao exmo sr. Diretor do Departamento Estadual de Trânsito o competente expediente solicitando a V. Exa. resposta para os itens abaixo:

1.º) — Se, realmente, tal plano de redução do número de circunscrições do DETRAN se acha em vias de execução, e se os Municípios acima relacionados são exatamente os que se pretende, respectivamente, extinguir e conservar;

2.º) — Em caso afirmativo, quais as razões determinantes dessa reforma?

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1.971.

(a) Muggiati Filho



### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvido o Plenário, Emenda ao requerimento do deputado Nivaldo Krüger, sob n. 10-71, para o fim de modificar a redação do telegrama para a seguinte: "A Assembleia Legislativa do Paraná vg congratula-se vossência afirmação de soberania extensão mar territorial duzentas milhas pt"

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1971.

(a) Antônio Lopes Júnior

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado por esta Casa, um apêlo ao Exmo. Senhor Dr. Carlos Afonso Meisner Osório, digníssimo Secretário da Agricultura, no sentido de que sejam tomadas as medidas cabíveis, objetivando a construção de Pavilhão, Abrigo, Restaurante e Mictório Público, nas proximidades do acesso à Gruta do Monge, local situado no Parque Florestal da Secretaria de Estado em aprêço, no Município da Lapa.

Requer igualmente, seja encaminhada cópia do presente, bem como das providências tomadas, ao Presidente da Câmara Municipal daquela cidade.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1971.

(a) João Fadel

### JUSTIFICATIVA:

Em virtude de valor como fonte mística de turismo, o alto do Monge sofre a afluência, durante os fins de semana, de considerável número de turistas, procedentes do nosso território e de outros Estados, os quais vão ao local em visitaçao recreativa, e em busca da obtenção de graças invocadas no calor da fé.

A falta de recursos, segurança e mínimo conforto, negativos que caracterizam a pouca atenção até agora dispensada àque local, vem conduzindo a tradicional fonte de turismo e recreação à situação de abandono e desprestígio, posição que, pelo valor e potencial econômico que a mesma representa na atualidade e no futuro, vem exigir dos responsáveis um tratamento justo, o qual encontra sustentação no conceito de que as despesas decorrentes da promoção, divulgação e exploração das fontes naturais de turismo, constituem verdadeiro Investimento.

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado por esta Casa um apêlo ao exmo. senhor Secretário dos Transportes e ao ilustríssimo senhor Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de serem tomadas as medidas cabíveis visando a implantação asfáltica do ocesso que liga a cidade da Lapa ao Parque do Monge.

Requer igualmente, seja encaminhado cópia do presente e das providências, ao Poder Executivo e Legislativo daquela cidade.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1971.

(a) João Fadel

### JUSTIFICATIVA:

O Parque do Monge, visitado em fins de semana por ponderável número de turistas oriundos das diversas partes do território nacional, oferece como acesso àquele local, uma estrada carroçável e de características primitivas, em chocante contraste com o espírito e a atualidade rodoviária em nosso Estado, provocando a revolta de quartos, principalmente em dias chuvosos, vão em visitaçao àquele centro místico de turismo.

É incontestável o valor daquela extraordinária fonte natural de turismo,



cua potencialização necessita ser despertada através de melhoramentos como o agora solicito, o qual viria dar condições ao mesmo a participar, como elemento auxiliar, do programa de fixação do turista em nosso Estado, fator de real importância dentro da moderna concepção turística.

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado por esta Casa um apêlo ao exmo. senhor Governador do Estado, no sentido de ser destinado, no presente exercício, recurso extraordinário à Empresa Paranaense de Turismo — PARANATUR — a fim de que aquele órgão possa, através de uma participação mais destacada, partir para uma prorrogação de desenvolvimento do Turismo em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1971.

(a) João Fadel

### JUSTIFICATIVA:

A Empresa Paranaense de Turismo — PARANATUR — coloca em posição de marginalização orçamentária, não possui meios de cumprir seus verdadeiros objetivos.

Enquanto suas congêneres dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo estão dotadas de recursos orçamentários para o ano de 1971, da ordem de Cr\$ 1.000.000,00, — Cr\$ 2.000.000,00 e Cr\$ 40.000.000,00 respectivamente, à PARANATUR coube a importância de Cr\$ 380.000,00, valor que impossibilita o atendimento das programações que lhe são exigidas.

A injeção de novos recursos, com implantação de uma nova programática, no atual Governo, transformaria e levaria os encargos orçamentários daquele órgão, à posição de investimento, única medida plausível e capaz de promover em nosso meio, o desenvolvimento do grande Orçamento Paralelo, hoje representado pelas rendas advindas da comercialização turística.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

sr. deputado Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ontem, viemos à Tribuna para protestar veementemente contra os atos que ferem o ensino, a educação no Paraná. Hoje voltamos, designados pelo Líder de nossa Bancada, para transmitir a expressão do partido de oposição, que é justamente a expressão do professorado paranaense. Voltamos hoje, com mais tranquilidade, para fazer um apêlo ao Presidente deste Legislativo. Antes, porém, queremos nos reportar há alguns anos atrás; mais precisamente, ao dia 4 de novembro de 1968, quando na apresentação do Estatuto do Magistério, o sr. Governador do Estado dizia:

“Têm agora os professores paranaenses o seu Estatuto. Veio à custa de muito trabalho. Os desencontros transitórios gerados no decorrer do processo hoje concluído, se resolveram em generalizado júbilo pela conquista que representa para todos nós.

Como qualquer outro diploma dessa natureza, o Estatuto do Magistério Público do Paraná estará sujeito a sofrer alterações visando ao seu constante aperfeiçoamento.

Por ora, produzirá os efeitos que tanto desejamos. Um deles, muito alentador para nós, será a contrapartida dos professores, de quem esperamos empenho contínuo e denodado em favor da educação integral das crianças e dos jovens, para que possamos, juntos — o Governo e os Mestres — legar às novas gerações um Paraná à altura de seu destino.

Curitiba, 4 de novembro de 1968. (a) Paulo Pimentel — Governador do Estado do Paraná”.

Hoje voltamos a esta Tribuna para fazer um apêlo à Presidência do Le-



gislativo, para que revogue o ato que promulgou Projeto de Lei do sr. deputado Paulo Poli, extinguindo o artigo 14 do Estatuto do Magistério. Fazemos esse apêlo, porque sentimos estar o professor paranaense ferido nos seus brios, porque sabemos estar o professorado paranaense vivendo novamente dias de intranquilidade ao notar a possibilidade de ingerência política, ao notar a possibilidade da vilita da politicagem ao ensino do nosso Estado.

Fazemos um apêlo à Presidência dêste Legislativo para que revogue êste ato; não somente à Presidência mas também ao nobre Líder da bancada da Arena para que retire sua emenda ao parágrafo 1.º, do art. 47 da lei 5871, de 9 de novembro de 1968, que acrescenta, por necessidade da educação, e se refere à remoção e transferência de professores.

Com relação a êste particular, também está o professorado paranaense apreensivo. Não somente o professorado, mas igualmente aqueles que hoje frequentam os bancos da Faculdades de Filosofia. Vimos hoje, através da imprensa, um manifesto de um Centro Acadêmico de Filosofia, protestando contra atos dêste Legislativo, que ferem os interesses maiores da educação paranaense.

Fazemos êste apêlo porque deve ser filosofia dêste Legislativo "o que é bom para o povo é bom para nós, o que não é bom para o povo, não é bom para nós". Se não é bom para o professorado não ser, de forma alguma, bom para êste Legislativo, que deve espelhar os reais interesses de uma classe de uma classe de fundamental importância.

Não nos cansamos de repetir uma frase que tem lugar comum em todos os setores da vida pública — "a educação é o fator primordial para o desenvolvimento".

O SR. PRESIDENTE — lembro ao nobre orador que está esgotado o tempo que dispunha para falar no Pequeno Expediente.

O SR. ALVARO DIAS — Mas onde estamos nós? Se nós, que temos a incumbência de defender a educação de nosso Estado estamos, neste instante, a ferir êstes propósitos, estamos a ferir êstes objetivos, retirando do seu Estatuto o principal artigo, que é o artigo 14, que garante um direito adquirido há mais de vinte anos, através de lutas incessantes.

Fazemos êste apêlo para evitar que se tumultue ainda mais a vida educacional de nosso Estado. Recebemos telefonemas insistentes, ontem e hoje, no sentido de que os professores tomarão posição com entusiasmo, com decisão, porque não admitirão, de forma alguma que, mais uma vez, êste Legislativo sirva para ferir os seus interesses, as suas ambições, ambições que são dos jovens, das crianças que representam o futuro dêste País.

Temos certeza, neste instante, que, desta vez, teremos a sensibilidade do Presidente deste Legislativo, do nobre líder da Arena, sr. Deputado João Mansur, que voltarão atrás em suas decisões; não voltarão atrás porque assim quer a bancada do MDB, mas porque assim quem o professorado paranaense, porque assim deseja o povo do Paraná, que vê na educação a única fonte de alicerçar o desenvolvimento; que vê na educação o único meio de propiciar melhores dias a seus filhos; que vê na educação a única forma de diminuir a tirania, a miséria e a subserviência.

O professorado não aceita, e muito bem o faz, ingerências políticas em assunto de educação; a política deve vir a atuar na educação unicamente para trazer benefícios somos representantes do povo e muitos benefícios poderemos trazer para a educação de nosso Estado e, de forma alguma, devemos aqui estar para contrariar os interesses da classe que batalha...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comurica ao nobre orador que está esgotado o tempo.

O SR. ALVARO DIAS — ... Só nos resta, portanto, sr. Presidente, esperar a sensibilidade dos srs. Deputados. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado João Fadel.



O SR. JOAO FADEL — Sr. Presidente e srs. Deputados.

Ouvimos há alguns dias, da Tribuna desta Casa, pronunciamento a respeito do problema do turismo em nosso Estado, efetuados pelos eminentes deputados Xenofonte Villanueva e Mauricio Fruet. A importância do assunto faz com que nós também, hoje, estejamos aqui na Tribuna, tecendo considerações à programática do turismo em nosso Estado.

Sabemos, srs. Deputados, da importância que se dedica ao problema do turismo como fonte de renda nos países europeus e em alguns países da América Latina. Em nossa terra, o problema esteve abandonado até há pouco tempo e, principalmente em nosso Estado, onde o órgão de diretriz do turismo, a PARANATUR, não dispõe de recursos a desenvolver um trabalho que viesse a cumprir o seu verdadeiro objetivo.

Assim sendo, enquanto as congêneres da PARANATUR do Estado de Santa Catarina, do Estado do Rio Grande do Sul e do Estado de São Paulo, dispõem de dotação orçamentária nos valores de 2 milhões, 4 milhões e 40 milhões de cruzeiros, respectivamente, em nosso Estado, o nosso órgão de diretriz do turismo, a PARANATUR, dispõe de 380 mil cruzeiros, importância que não permite a este órgão a elaboração de uma programática que viesse conduzir o turismo do nosso Estado aos seus reais objetivos, procurando, com isso, levar o problema do turismo a uma situação útil, qual seja, de promover um orçamento paralelo.

Em função deste problema, nós gostaríamos de nos congratular com a SUDESUL, que vem desenvolvendo em Porto Alegre, assessorada por eminentes especialistas e estudiosos do assunto, procedentes da Espanha, trabalhos excelentes a respeito do turismo a ser desenvolvido nos próximos anos nos Estados do sul, ou seja, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Porém, srs. Deputados, o nosso Estado não pode ficar alheio, esperando até que a SUDESUL se pronuncie e traga ao nosso Estado, condições ideais para que este órgão, a PARANATUR, cumpra os seus verdadeiros objetivos pois, colocada como ela foi, numa posição difícil em relação ao nosso orçamento; em vista disso, estamos encaminhando à Mesa da Casa uma sugestão, solicitando ao sr. Presidente da Casa que encaminhe um pedido ao sr. Governador para que conceda, ainda no presente exercício, um reforço orçamentário àquele órgão.

As dificuldades impostas ao turista que vem ao nosso Estado, quer seja pela falta de orientação, pela falta de criação do balcão turístico, conforme foi abordado pelos srs. deputados Xenofonte Villanueva e Mauricio Fruet e ainda mais, a falta de divulgação e promoção vem relegando nossa cidade ao Estado, a uma simples condição de porto de passagem. Necessário se faz medidas enérgicas, a fim de que o turismo em nosso Estado possa desenvolver-se a nível ideal, e já alcançado em outros Estados da Federação.

O problema principal é o que diz respeito à fixação do turismo. A cidade que nós representamos nesta Casa, a cidade da Lapa, possui fontes naturais de turismo que poderiam ser aproveitadas para o turismo, quer seja recreativo, terapêutico, ou mesmo cultural, e que vem sendo até então abandonada pela Comissão Diretora de Turismo em nosso Estado.

O caso do Parque do Monge, pertencente à Secretaria da Agricultura, e que não oferece condições ao turista de conforto, nem de segurança. A sua via de acesso é carroçável, e com características as mais primitivas possíveis. Nesse sentido, srs. Deputados, estamos endereçando à Mesa um requerimento, solicitando aos srs. Secretários dos Transportes e Secretário da Agricultura, para que tomem medidas cabíveis, a fim de que sejam melhoradas aquelas condições. Temos certeza de que as melhorias solicitadas através do requerimento, trarão condições à cidade da Lapa de participar do programa de fixação do turismo em nosso Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Muggiati Filho.



O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Não temos nenhum objetivo de criar polêmica em torno do assunto que nestes 5 minutos nos cabe focalizar. Mesmo porque, na parte referente ao seu mérito, é uma matéria que se acha pendente de julgamento do Poder Judiciário. E, através de nossa modesta vida de advogado militante, sempre tivemos por princípio nos abstermos de qualquer comentário de matéria que se acha sob julgamento. No entanto, a fim de que não se registrem nesta Casa informações que, lidas esparsamente, possam representar aquilo que não se coaduna com a realidade, queremos em parte, contestar uma questão de ordem levantada ontem pelo sr. deputado Armando Queiroz.

Entendemos que S. Exa., conhecedor como é, e dos mais profundos, do Direito, não foi feliz ao fundamentar sua questão de ordem.

Estamos de pleno acôrdo com S. Exa. quando diz que os Projetos devem ser anunciados com vinte e quatro horas de antecedência, para então serem incluídos na Ordem do Dia. Diz isto o Regimento Interno e a Constituição. Mas temos um Regimento Interno em vigor que, em seu artigo 113, § 2.º, diz também que a Assembléia poderá diminuir este interstício. Sabemos que é um princípio fundamental de Direito, que quem der causa a uma nulidade não poderá arguí-la. É pacífico dos Tribunais. Os Projetos que a Casa aprova por unanimidade, mesmo que tenha ferido este prazo, a nenhum de nós será lícito apontar esta ilegalidade.

Não é este o ponto fundamental que desejo abordar, mas sim o de que, pelo discurso do ilustre Parlamentar, nos pareceu ser o motivo de que os Projetos devam ser anunciados com 24 horas de antecedência e de que teria sido este o ponto fundamental, o ponto básico, o suporte fáctico do mandado de segurança impetrado por oito Deputados da Casa, contra atos da Mesa. Desejo deixar claro que não se trata realmente disto.

A conclusão fáctica que sustenta o mandado de segurança, é a seguinte: “feriu-se direito líquido e certo dos impetrantes, 1.º) ao lhes ser cortado o prazo de vistas do Projeto, que é de três dias (art. 60, § 8.º, do R.I.); 2.º) ao lhes ser anunciada a inclusão da Mensagem na Ordem do Dia, sem observância do prazo mínimo de 24:00 horas (Art. 29, § 1.º, da Constituição Estadual; 3.º) aos lhes ser tolhida a votação das Emendas, conforme estatui o art. 199, § 1.º, do R.I.; 4.º) ao convocar-se sessão da Comissão Especial para a data de 27-5, quando o Projeto estava sob o poder da Mesa, e não havia passado pela segunda discussão (art. 43, letra “a”) e nele não poderiam despachar concomitantemente o senhor Presidente da Mesa e o senhor Presidente da Comissão Especial, e esta está adstrita ao processo; 5.º) na sessão extraordinária do dia 28, ao lhes ser negado prazo para encaminhamento da votação do requerimento de encerramento da discussão, e ao indeferir a Mesa recurso ao Plenário, do seu indeferimento àquela proposição (arts. 199, § 2.º, 125 e art. 97 e parágrafos).”

Nós voltaremos ao assunto, se houver necessidade. Não pretendemos fazer polêmica disto, porque temos o máximo respeito pelo que se encontra “sub judice. Mas, estaremos aqui para o que se fizer necessário.

Obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Quero aproveitar a estreiteza destes cinco minutos para também, na qualidade de Parlamentar que é bacharel em Direito, dizer alguma coisa a respeito do mesmo assunto que foi ventilado, neste instante, pelo brilhante parlamentar jurista, sr. deputado Muggiati Filho

Inicialmente, quero colocar dois reparos nesse momentoso assunto da suspensão da vigência da Constituição do Estado: A irreparabilidade do Direito atingido. Não houve, srs. Deputados, nenhum direito atingido. Só



haveria o direito atingido quando alguém fôsse molestado no seu emprego, na sua empresa, na realização de qualquer objetivo que fôsse obstado pela nova Constituição.

E o segundo reparo é de que a Constituição vigente, e que foi suspensa sua vigência, não foi revisada por professor de Português.

Srs. Deputados, neste instante, falo com autoridade de quem foi relator da Constituição de 1.970, e posso dizer, com toda sinceridade, com toda segurança, que esta Constituição foi revisada por um professor de Português, e por sinal, srs. Deputados, o mesmo que revisou a Constituição de 1.970.

Portanto, isso é uma inverdade.

E ainda é jurisprudência mansa e pacífica do Supremo Tribunal, de que só pode suspender a constitucionalidade de Lei o Senado, e a provocação deve partir do Procurador Geral da República ao Supremo Tribunal.

E foi muito sábia a legislação, e tem sido muito sábia a jurisprudência neste assunto, para que haja o equilíbrio entre os Podêres. Porque, se é verdade que os Podêres são independentes, mas são harmônicos entre si, não pode haver interferência de um Poder em outro Poder.

Srs. Deputados, o que está acontecendo no Paraná é a tentativa de se gerar a intranquilidade entre o povo, e a de se obstar que o Governo do Estado realize a sua obra, e possa realizar aquilo que o Interior e a Capital reclamam: mais estradas asfaltadas, mais obras, mais escolas. E é isso que se pretende impedir. Porque, com a simples medida adotada recentemente, já estão, novamente, as rodovias que poderiam ser iniciadas nestes dias o asfaltamento, na dependência do registro "a priori" do Tribunal de Contas.

E isso que se pretende impedir, que o Governo do Estado tenha mais liberdade de ação, para agir mais em benefício do povo.

Era só, sr. Presidente. **(Sem revisão do orador)**

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o Pequeno Expediente. Concedo a palavra ao sr. deputado Armando Queiroz, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Presidente, srs. Deputados.

A matéria que irei abordar neste instante, é essa mesma que vem sendo manchete nos jornais. Sim, é a Constituição do Estado do Paraná, cuja vigência foi suspensa por uma ordem liminar, emanada do Exmo. sr. Desembargador Relator, em mandado de segurança interposto por 8 srs. Deputados do MDB.

Aí está, srs. Deputados, a manchete, aí está a matéria levada a público, a gosto, nos moldes, no uso e costume da imprensa do sr. Paulo Pimentel. E a bancada da ARENA, evidentemente, tem o dever e tem a obrigação de levar ao conhecimento de todos, aqueles fatos que ordenaram a tramitação dessa matéria.

Neste instante, faço um apêlo à imprensa do Paraná, à imprensa bem intencionada, é evidente, não àquela que unicamente se preocupa em levar à opinião pública fatos distorcidos, com o propósito de achincalhar, de ironizar, de esculhambar este Poder Legislativo, que é o Poder mais legítimo, mais autêntico, porque nasce da vontade popular.

Srs. Deputados, 8 membros deste Poder, bateram às portas do pretório, solicitando segurança, alegando que uma série de irregularidades foram cometidas com o propósito de se votar a Lei Maior do Estado do Paraná.

Na articulada apresentada à apreciação do Tribunal de Justiça, enumera quais teriam sido essas irregularidades. Enumera também quais teriam sido os cerceamentos de direito, direito esse subtraído à bancada do MDB, para que assim se pudesse votar a nossa grande Carta, a Carta, que indiscutivelmente, serve de amparo e alicerce ao desenvolvimento das relações que devem haver entre os homens do Paraná. Devolução de prazo — e para alcançarem isto solicitaram que se suspendesse o ato que deu vigência à Constituição.



Mas, na verdade, srs. Deputados, é que quando se suspende êsse ato, está se suspendendo a Constituição do Estado do Paraná.

O sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. deverá constatar pelo "O Estado do Paraná" que tem em suas mãos, que não se pediu e nem foi concedida a suspensão da Constituição, mas sim da Emenda Constitucional n.º 3.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — O que trocado em miúdos dará a mesma coisa.

O sr. Muggiati Filho — Não dará, porque temos uma Constituição em vigor, a que se pretende emendar.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Temos outra que a Casa votou e a Comissão Executiva promulgou.

O sr. Muggiati Filho — Foi contra o ato da Comissão Executiva que os oito Deputados impetraram a Segurança.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — É uma pena que êsse Plenário não correntenha maior público para que, pelo menos, aquilo que aqui se falar, aquilo que aqui se passar, possam, aqueles que aqui estiverem, levar a versão exata, a versão correta, a única versão que deve prevalecer, porque irei analisar uma por uma das irregularidades apontadas.

A primeira delas, srs. Deputados, está aqui. Na petição inicial. — "Em conclusão feriu o direito líquido e certo dos oponentes — é a primeira razão invocada — "ao se lhes ser cortado o prazo de vista do Projeto que é de três dias, art. 60, parágrafo 8.º do Regimento Interno.

Então, segundo a informação que aqui contém, não se concedeu três dias de vista para que o Deputado que a pediu pudesse, nesse prazo, estudar a matéria e apresentar a sua conclusão.

Vamos voltar, portanto, a essa reunião, cuja presidência era exercida pelo sr. deputado Emílio Carrazai. Aqui, de público, faço um desafio a todos para que se lance sobre a conduta dêsse homem qualquer ato que o desabone como Parlamentar nesta Casa.

O sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Tive oportunidade de me referir, numa das últimas sessões, na sessão do dia em que se aprovou em 2ª. discussão extraordinária, ao Presidente da Comissão Especial, deputado Emílio Carrazai, não somente sobre a lhanza de trato que S. Exa. dedica ao trabalho e aos colegas que integram a Comissão, sua capacidade, sua integridade moral, mas deixei bem claro em todo aquele trabalho em que V. Exa. foi o emitente Relator da matéria, quando do início da sessão e antes da Comissão Especial, e aqui, nós dissemos da Tribuna, e repetimos na Comissão, que defendemos a preliminar de que aquela sessão era nula, porque não havia decorrido o prazo de três dias, segundo o nosso entendimento. Eu respeito o entendimento de V. Exa., mas V. Exa. há de convir que o que estamos discutindo são os termos de um destes tópicos que diz respeito à aplicação da Lei, quando existirem dúvidas fundamentadas.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Muito bem, sr. Deputado. O sr. Presidente da Comissão Especial da Reforma da Constituição marcou uma reunião dentro do Regimento, obedecendo o prazo de 24 horas de antecedência. Marcou para às 15 horas. E lá compareceram todos os srs. Deputados, menos um, que era o sr. deputado José Muggiati Filho, que foi substituído pelo suplente da bancada, deputado Sebastião Rodrigues. Apresentado o Parecer incontinente, o sr. Presidente, regimentalmente, colocou em discussão. Regimentalmente também, o sr. representante do MDB, solicitou vistas, regimentalmente, onde o sr. deputado Gilberto Carvalho também solicitou vistas. E o sr. Presidente, lembro-me muito bem, olhou no relógio e disse: são 5,20, o prazo, portanto, começa a correr desta hora, e se portanto às 5,20 de segunda-feira próxima. Sábado às 5,20, seriam 24 horas, domingo às 5,20, 48 horas e segunda-feira, às 5,20, 72 horas.

Regimentalmente ainda, o sr. Deputado representante do MDB protestou, e vendo que o prazo não poderia ser contado hora a hora, de imediato, e



regimentalmente também, requereu uma certidão onde se constatasse tôdas estas coisas ali ocorridas. Regimentalmente também, o sr. Presidente deferiu o pedido de fornecimento de certidão. E na discussão que se sucedeu, diante das ponderações, o representante do MDB, trazendo inclusive Leis e trazendo inclusive subsídios de ordem legal, que foram por todos os membros analisados, o sr. Presidente da Comissão concedeu mais 24 horas, marcando a reunião para terça-feira às 5 horas da tarde. No mesmo instante, o sr. Deputado representante do MDB, retirou o seu pedido de certidão, numa demonstração inequívoca e evidente de que aquêle prazo lhe bastava e qualquer irregularidade estava, portanto, sanada, com a concessão de mais 24 horas.

Na terça-feira, quando se reuniu novamente a Comissão, já com a presença do sr. deputado Muggiati Filho, S. Exa. não aceitou aquêle entendimento que houve entre os Deputados da ARENA e do MDB. Não aceitou, dizendo que acêrtos entre Deputados não tinham força para se antepor aquilo que estava escrito na Lei.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. coloca mal o problema. Quando se refere a entendimentos havidos entre Deputados da ARENA e Deputado do MDB. Não houve, Excelência, entendimento no sentido de acôrdo. O que houve foi uma concordância nos termos da interpretação da Lei. Eu interpretei a Lei idênticamente aquilo que dela fez a interpretação o sr. Presidente e também V. Exa.. Mas não houve acôrdo, porque o acôrdo não tem poder de derrubar a Lei. Eu interpretei a Lei da mesma forma que V. Exa. interpretou. Entretanto, isto não impede que o nobre deputado Muggiati Filho interprete de forma diferente.

Apenas êste esclarecimento queria prestar a V. Exa., o que houve foi uma interpretação de um texto legal de forma que a miríada, naquele momento, coincidiu com a de V. Exa. e a do Sr. Presidente.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Tanto isso é verdade, que V. Exa. declinou do pedido de certidão. Uma prova evidente de que estava de pleno acôrdo com tudo aquilo que ali se decidiu. Pois bem, não era necessário que o sr. Deputado José Muggiati Filho viesse dizer que o entendimento entre Deputados não tinha força para derrubar um preceito legal. Não precisava dizer isso. Por isso é comezinho, isso é elementar. Mas, também, srs. Deputados, é comezinho, é elementar e sempre se usou nesta Casa que, quando se faz um entendimento dêstes, é um princípio de ética parlamentar que sempre foi respeitado; desde os velhos tempos aqui desta Casa; nos velhos tempos, e recordei foram aquêles os mais belos que aqui vivi, no tempo de 63 e princípios de 64, da velha UDN, do velho PDC e do velho PTB; e todos êsses Partidos, quando os Deputados se entendiam, a palavra era para valer. Pois bem, srs. Deputados, êste o fato que ocorreu e, desde o instante em que o sr. Representante do MDB não protestou mais contra as 24 horas, concedidas pelo Presidente, êle também participava de uma ilegalidade, segundo alega, e portanto, não tem o direito de vir argüi-la. É um princípio também elementar de Direito.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Diante desta interpretação que V. Exa. dá à matéria, V. Exa. também não poderia estar votando esta nova Constituição Federal, foi promulgada por V. Exa. na Presidência da Casa.

V. Exa. promulgou uma Constituição que exige registro "a priori". Então não poderá hoje votar Emenda que cancele êste registro. É o mesmo caso.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — V. Exa. está fugindo de nosso debate. Eu estou analisando o Paraná sem Constituição, que é uma matéria muito séria e muito grave.

Mas vamos à segunda parte, já que a primeira foi esclarecida. Talvez possa ser ilegal, talvez seja irregular, talvez a razão juridicamente esteja do lado dos Deputados do MDB, mas não posso aceitar, e aqui faço questão de



alertar nosso Líder, que de outras vezes não mais se façam acêrtos e entendimentos, porque não é possível agir desta forma, e não se cumprir o que se combinou.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. chama a atenção do Líder da ARENA, e eu gostaria que ele neste instante se manifestasse, porque V. Exa., como advogado que é, está fazendo uma embrulhada de tal forma — desculpe-me a franqueza — a conduzir um entendimento favorável ao ponto de vista de V. Exa.. Compreendo que V. Exa. se encontra numa situação difícil.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Eu não! O Paraná!

O sr. Nivaldo Krüger — ... de não poder dar nem as informações que o Governo há de ter pedido a V. Exa... Então peço ao Líder da ARENA, já que V. Exa. invoca a Liderança, e dá a impressão de que houve acôrdo entre Lideranças, que se manifeste sobre esta matéria.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Senhor Deputado... Senhor Deputado... Eu disse que na Comissão havia um Deputado do MDB que ali representava a Barcada.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. invoca uma liderança, e dá a impressão de que houve entendimento sobre esta matéria. Desculpe-me, mas V. Exa. deu a impressão de que aqui fizemos um entendimento e não o cumprimos.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Ao que parece V. Exa. não está entendendo bem e o desculpo, porque esta é uma matéria jurídica. Sr. Deputado, o que houve naquela Comissão aconteceu juntamente com quatro Deputados da ARENA e um do MDB. Acredito, portanto, que naquela Comissão nós quatro representávamos o pensamento da ARENA e o representante do MDB também representava o pensamento do MDB. Tenho a certeza de que nosso Líder vai dizer que os quatro Deputados da ARENA representavam o pensamento do Partido.

O sr. João Mansur — Apenas para confirmar o que V. Exa. acaba de dizer. Os quatro que integravam a Comissão Especial, estavam representando toda a ARENA desta Casa.

O sr. Nivaldo Krüger — Era o esclarecimento que esperava de V. Exa.. Agora, realmente, nobre deputado Armando Queiroz pode assomar à Tribuna e fazer uma ostentação de seus conhecimentos jurídicos. Pode fazer a luminosa ostentação do anel...

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Luminosa ou embrulhada?

O sr. Nivaldo Krüger — Embrulhada, também.

Acontece, ilustre Deputado, que V. Exa. que alega não haver sido cumprido o entendimento entre o sr. deputado Sebastião Rodrigues e Muggiati Filho com V. Exa.. Eu perguntaria a V. Exa. quem escreveu, em 28 de fevereiro de 1970, ao povo do Paraná: "Esta Constituição, patrimônio maior do Estado do Paraná, expressão da soberania de um povo, assegura a garantia das aspirações de Justiça, Liberdade e Desenvolvimento. Que seja por todos amada, respeitada e cumprida." Assinado: Armando Queiroz de Moraes.

E eu pergunto se V. Exa. não entende, da mesma forma que nós entendemos: Quem está faltando com os compromissos para com a coletividade inteira não é V. Exa.?

O sr. Ivo Tomazeni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, quero fazer justiça a V. Exa., à coerência de V. Exa., ao seu espírito público sempre aliado ao grande conhecimento jurídico que tem V. Exa. ao discutir qualquer matéria.

S. Exa., o nobre deputado Nivaldo Krüger, Líder do MDB, cometeu uma grande injustiça. Eu assisti ao trabalho de V. Exa. quando da discussão, aqui, da Constituição de 70: Conhecia, e tinha a obrigação de conhecer, os pontos de vista de V. Exa., porque com V. Exa. convivi os episódios da discussão que se fizeram em torno daquela Constituição. Mas, a maturidade



política de V. Exa., o cargo que V. Exa. exercia, Presidente dêste Poder, curvando-se como sempre V. Exa. se curvou, à deliberação da maioria esmagadora do Plenário, houve por bem V. Exa., obediente nos preceitos constitucionais, promulgar aquela Constituição. E ao promulgá-la disse que a amava e respeitava, e conclamava o povo a que assim procedesse. Portanto, não é motivo que se culpe V. Exa. pelas alterações feitas àquela Constituição. Porque, ao seu tempo, as alterações são necessárias. E essas alterações foram feitas com a concordância da maioria esmagadora dos Deputados que representam o povo do Paraná. É pena, sr. Deputado, que certa imprensa não divulgue, não publique o discurso aqui proferido por V. Exa., para que o povo ficasse sabendo que aqui não se infringiu nenhum artigo, nenhum parágrafo da Constituição vigente. O que houve foi problema doméstico dêste Poder, e não sei porque houve interferência de outro Poder em problemas domésticos desta Assembléia. E conhecendo o valor de V. Exa. nos episódios da Constituição passada e agora, é que pedi êste aparte para dizer que sei que V. Exa. é conhecedor profundo da matéria.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Nobre Deputado, ao que me parece, V. Exa. cometeu um equívoco, e quero esclarecer. Participei, nesta Casa, no episódio que visava alterar a nossa Constituição, mas, se não me engano, foi em 67. Foi naquela ocasião que eu, deputado Armando Queiroz de Moraes, numa reunião no Palácio Iguazu, junto com todos os srs. Deputados da ARENA, fui eu o único Deputado liberado pelo Governador do Estado de então, para vir a esta Tribuna e defender aquela tese que eu julgava que deveria também ser de adaptação compulsória. O único, srs. Deputados, que foi liberado, fui eu, e eu vim aqui, desta mesma Tribuna, defender a introdução na nossa Carta, de muitas dessas outras normas que agora, como Relator, tive a oportunidade de ver incluídas, umas por iniciativa própria, outras recebendo Emendas que partiram, srs. Deputados, não só da bancada da ARENA, como também da bancada do MDB.

Em 1970, srs. Deputados, eu presidia esta Casa. Cansei de falar aqui; várias vezes, naquela Presidência, dei tudo que poderia dar para que se votasse a Carta, srs. Deputados, para que se desse ao Paraná aquela outra Carta que era exigência emanada da Constituição Federal, oriunda de um movimento revolucionário neste País.

Mas, vou passar, srs. Deputados, à análise da segunda irregularidade.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Presidente, gostaria de indagar a V. Exa. quanto tempo me resta.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. dispõe ainda de 30 minutos.

O sr. Sebastião Rodrigues — Sr. Deputado, eu solicitei o aparte apenas para discordar do nobre deputado Ivo Tomazoni, que em aparte a V. Exa. estranhou que o meu partido levasse à Justiça um problema doméstico, como se os problemas domésticos jamais fôssem bater às portas da Justiça. Gostaria de lembrar ao sr. deputado Ivo Tomazoni, que os problemas domésticos também vão à Justiça, como, por exemplo, os casos de desavenças conjugais, de desquite. São justamente os problemas domésticos, gerados quando há intransigência de uma das partes, que vão bater às portas da Justiça.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Então os srs. Deputados deverão tomar conhecimento da decisão proferida pelo egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, através de acórdão firmado pelo sr. desembargador Alceste Ribas de Macedo, dizendo que atos legislativos não se comportam dentro de matéria de mandado de segurança. Se os srs. Deputados se derem ao trabalho de consultar também o Supremo Tribunal Federal, decisões iguais irão encontrar.

O sr. Sebastião Rodrigues — Apenas para esclarecer a V. Exa., nesse aspecto jurídico que V. Exa. aborda, eu também me sinto na responsabilidade de tocar no assunto, tendo em vista que, como V. Exa., também sou formado em Direito, que os atos e mandados do Legislativo são passíveis de apreciação judicial, através de mandados de segurança. Poderia trazer a



V. Exa. vasta jurisprudência neste sentido, inclusive de Castro Nunes, uma das maiores sumidades do Direito Brasileiro, no que diz respeito a mandado de segurança.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Não há necessidade disso. O Tribunal de Justiça acaba de dar liminar nesse sentido.

O sr. Antônio Lopes Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Ilustre Deputado, uma Constituição não pode ser permanente numa sociedade dinâmica demais, como esta do século 20. Não poderíamos nós aqui aprovar uma Constituição e ficar eternamente cingidos a ela, quando as mutações da sociedade se constatarem.

Por isso, há necessidade da revisão, e ela se faz de acordo com os tempos modernos. Não podemos pensar como no tempo da Idade Média. Nós estamos na época da dinâmica. Mas, sr. deputado Armando Queiroz, eu quero lembrar a V. Exa. e à Casa o seguinte:

O Deputado e grande jurista Muggiati Filho apresentou uma Emenda de redação, emenda essa que foi discutida, votada e aprovada.

Ora, sr. Deputado, ninguém pode apresentar uma Emenda de redação àquilo que não acredita, àquilo que não é válido, àquilo que foi viciado em sua construção. Acho uma incoerência da parte do MDB tal atitude.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — A bancada do MDB participou praticamente em todos os atos da tramitação da Emenda Constitucional. Participou naquele episódio e ofereceu Emendas; participou daquele outro episódio da intimidade da Comissão Especial participou também de toda a 1a. discussão; participou de parte da 2a. discussão, não participou do final porque se retirou do Plenário; mas participou de forma escrita na discussão e votação da redação final, através de uma Emenda do sr. deputado José Muggiati Filho.

Então, é de se indagar: Caberia à bancada do MDB, inclusive como co-participante de irregularidades, como co-participante de atos que teriam sido lesivos, o direito de arguir essas irregularidades?

O sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Este será o último aparte e peço a V. Exa. que tenha paciência para este aparte, porque considero este ponto focalizado por V. Exa. de muita importância.

Essa emenda à redação de que V. Exa. fala, inclusive foi lembrada por V. Exa., como eminente Relator da matéria, e tinha eu minhas anotações nesta bancada; naquela sessão tumultuada, indaguei da Mesa qual seria o momento adequado para o encaminhamento de emenda desta natureza, e que foi encaminhada através de V. Exa..

A Emenda foi encaminhada, e bem encaminhada, no meu entendimento. Mas, é preciso que haja um desenvolvimento na exposição da matéria. Permitto-me, sem embargo da admiração que nutro pela figura de V. Exa. como parlamentar admirável, dizer que o nobre Deputado não está examinando com isenção.

Tenho, em todos os momentos, procurado examinar o assunto com toda a isenção e é com isenção que digo — nunca poderíamos, sob pena de praticarmos um pecado dos maiores, anteciparmos-nos a um pronunciamento da Justiça. Aquilo que não concordamos em Plenário ficou transcrito nas Atas e aqui estão os srs. Deputados, que são as melhores testemunhas daquilo que reiteradamente protestamos e fizemos alusão, qual seja, nosso direito ferido. Não agimos em nome do MDB, politicamente falando, quando estamos examinando a Constituição do Estado, não nos vem à mente, se estão aí Parlamentares da ARENA ou do MDB; o que nós consideramos que existe no momento, são legisladores; é a figura do legislador que estamos defendendo, a independência do legislador. Então o legislador, tem que examinar o assunto, se ele quiser discutir, com isenção. Quero dizer que estranho que se pronuncie nesta Casa que nós estamos pedindo a declaração de inconstitucionalidade da Emenda. Nunca pedimos isto; V. Exa. tem a petição inicial,



e pode referendar o que estamos dizendo. Não pedimos declaração de inconstitucionalidade; isto é um outro assunto, porque eu entendo que existe dentro dela, da Emenda; depois, se ela vier a ser aprovada, nós não sabemos qual a decisão final da Justiça. Eu acho que aqui estão se colocando, em muitos pontos, o carro diante dos bois. Porque não há uma decisão final, definitiva, da Justiça; a justificar, ainda virá esta decisão definitiva. O que existe é matéria relevante, é a suspensão da Emenda Constitucional. Portanto, a Constituição de 70 continua em vigor; é uma opinião minha, e que defenderei em qualquer ponto. E entendo também, nobre deputado Armando Queiroz, que se o Governo passado, se não me engano, inclusive V. Exa. fez referências à administração do Governo passado, — muitos dos srs. Deputados aqui presentes, fizeram as mais elogiosas referências ao Governo passado, — se o Governo passado, teve uma obra administrativa tranquila e profícua com a Constituição de 70, não existe embaraço constitucional para este Governo, a não ser que ele pretenda exercer influências indevidas, porque a reforma constitucional não constitui impedimento algum à sua administração. No mais, nós nos reservamos para responder oportunamente. Muito obrigado.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Nobre Deputado, eu vou solicitar a V. Exa., o meu prazo está se esgotando, que me faça a fineza de não apresentar mais apartes, porque senão, não terei mais tempo de concluir a minha explanação.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — V. Exa. não quer receber apartes e, eu farei um apêlo a V. Exa., para que tivesse o cuidado de não fazer indagações; se V. Exa. faz uma indagação, faz referências pessoais, V. Exa. há de entender que é necessário que haja resposta. Se V. Exa. faz indagação a cada instante, e depois faz apêlo para que não se façam apartes, me parece uma incoerência.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Exatamente. Diz V. Exa. que fiz indagações de ordem pessoal, mas o primeiro que levantou a Constituição para ler um ato que eu teria escrito, foi V. Exa..

O sr. Nivaldo Krüger — Um ato público, ilustre Deputado.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Um ato público, emanado da decisão da maioria desta Casa.

O sr. Nivaldo Krüger — E foi resposta a uma indagação de V. Exa.. V. Exa., me parece, o que deseja é um monólogo.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — V. Exa. está equivocado, só estou pedindo isto aos srs. deputados, para que eu possa concluir rapidamente. Todo o tempo que me restar, estarei inteiramente à disposição dos srs. Deputados.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Me perdoe se estou tomando o seu tempo, mas se for necessário, se não me engano estou inscrito em primeiro lugar para amanhã, eu cederei minha vez para que V. Exa. continue fazendo da Tribuna, com tanto brilhantismo, as explanações para o conhecimento do povo do Paraná. Mas eu queria testemunhar também aqui, o fato de que quando votamos a adaptação da Carta de 67, quando V. Exa. se insurgia e exigia mesmo de que a nomeação dos Conselheiros do Tribunal de Contas tivesse o "referendum" desta Casa, e foi preciso, depois de muita luta, que V. Exa. fosse liberado pelo Sr. Governador do Estado de então, para que esta Casa votasse e aprovasse. E V. Exa., naquela oportunidade, teve uma conduta exemplar, porque se curvou diante da maioria dos srs. Deputados. E queria, sr. Deputado, neste instante, reavivar um aparte do Líder do MDB, quando estranhava no seu aparte que V. Exa. ontem votava uma Constituição, e hoje votava emendando, novamente, aquilo que havia votado.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Eu não votei, sr. Deputado, eu era o Presidente da Casa.

O sr. João Mansur — Não vejo nada de mais, é a evolução dos tempos.



Esta Casa, há alguns anos, votou seu Regimento Interno, órgão disciplinador dos trabalhos, e hoje existe nesta Casa uma Comissão Especial encarregada de elaborar um novo Regimento Interno. Houve crime dos Deputados quando votaram aquele Regimento nos anos passados? São as contingências do momento que exigem. V. Exa. está com toda razão e tem nosso incondicional apoio.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Deputado, vou continuar.

A segunda irregularidade apontada, do mandato de segurança. “2.º — ao lher ser anunciada a inclusão da Mensagem na Ordem do Dia, sem observância do prazo mínimo de 24 horas”.

Ontem, a propósito desta matéria, eu levantei uma questão de ordem; questão de ordem em virtude da Mesa ter considerado matéria de alta indagação, não respondeu, de momento, e eu ainda aguardo pela decisão da Presidência.

Srs. Deputados, 24 horas de antecedência para que se faça o anúncio na Ordem do Dia de uma matéria para ser votada. Todos os srs. Deputados sabem, ninguém ignora que, desde o dia em que se instalou a Assembléia Legislativa do Paraná, desde aquele dia, a matéria era votada em um dia em primeira discussão, como exemplo, e a sessão se prolongava e, ao final da mesma, o Presidente anunciava a mesma matéria para o dia seguinte, em segunda discussão.

Então, vamos exemplificar: regimentalmente, está escrito no Regimento, as sessões ordinárias se iniciam às 2 e 30 horas; ela se desenvolve, oradores vêm à Tribuna, Expediente para ser lido, questões de ordem e ela vai se prolongando; continuando o meu exemplo: às 4 e 30 horas da tarde, a matéria é votada. A Sessão se encerra às 4 e 30 horas da tarde e o Presidente anuncia a mesma matéria para o dia seguinte, à hora regimental, portanto, às 2 e 30 horas.

Os senhores estão vendo que não há 24 horas de prazo? Os srs. estão notando que entre 4 e 30 de um dia e 2 e 30 do outro não transcorreram 24 horas? Então, srs. Deputados, todas as Leis votadas nesta Casa, talvez com raras exceções, todas elas são inconstitucionais; porque não medeou o prazo de 24 horas? Todas as Leis votadas pelo Congresso Nacional, são inconstitucionais; porque também não medeia o prazo de 24 horas.

Então, sr. Presidente dêste Poder, para que as coisas se equacionem direito, V. Exa. daqui para a frente só pode anunciar uma sessão para o dia seguinte, depois de cronometrar a hora da votação da matéria. Se ela foi votada às 4,37 horas, a sessão só poderá ser convocada para às 4,38 horas. Onde está a disposição regimental que marca o início para às 2,30 horas?

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — V. Exa. diz bem. A prevalecer este entendimento, cai por terra tudo que se votou nesta Casa, no Congresso e no mundo inteiro. Caem todas as Leis, inclusive uma há poucos dias votada por esta Casa, com entendimento da nobre bancada do MDB, que concedia aumento à Magistratura do Paraná, inconstitucional no entendimento do MDB, e endossada agora pelos próprios homens da Magistratura do Estado.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Verificamos, portanto, a gravidade desta decisão, dêste pronunciamento que se contém na liminar do mandato de segurança. A Assembléia, com toda a sua independência, com toda a sua soberania, fica agora debaixo do critério, da vontade e daquilo que emana do Poder Judiciário, que está intercedendo neste Poder.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. faz uma indagação e estou em condições de responder. Ilustre deputado Armando Queiroz, V. Exa. tem toda a razão. E agora estou de pleno acordo com a ARENA e com V. Exa., quando argui a matéria da maneira como o está fazendo. Entretanto, V. Exa. esquece de um pormenor. V. Exa. esquece, ilustre Deputado — e peço licença para lembrá-lo — que se refere a sessões ordinárias. A Assembléia havia sido convocada extraor-



dinariamente e, inclusive, no interregno das sessões, estavam as sessões ordinárias em pleno funcionamento. Então o entendimento de V. Exa. com relação às sessões ordinárias é perfeito e não pode ser de outra forma. Entretanto, V. Exa. esqueceu destes aspectos: 1.º — sessão extraordinária; 2.º — a relevância da matéria, a importância da matéria que VV. Exas. com apressamento fizeram tramitar por este Legislativo, sem dar oportunidade a discussões, encerrando as discussões antes mesmo que a Bancada da oposição usasse da palavra.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Não é verdade. As discussões não foram encerradas. O requerimento do deputado Paulo Poli, ele mesmo, por iniciativa própria, retirou...

O sr. Nivaldo Krüger — Depois que nossa Bancada se retirou.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — A sessão foi suspensa para que o Líder de nossa Bancada fôsse procurar a Bancada do MDB para que retornasse a Plenário, recebendo um recado, através de um contínuo, de que não voltaria mais ao Plenário.

O sr. Nivaldo Krüger — Porque não estávamos dispostos a sofrer as humilhações a que VV. Exas. haviam nos submetido.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa solicita aos srs. Deputados que colaborem com a Mesa, no sentido de podermos prosseguir nossos trabalhos.

Continua com a palavra o sr. deputado Armando Queiroz.

Concedo a palavra, pela ordem, ao sr. deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — (Pela ordem) Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem, apenas para repudiar os termos usados pelo ilustre deputado Armando Queiroz, quando afirma que estou dizendo uma inverdade. Quero dizer que não estou habituado a receber ofensas dessas natureza, nem ser tratado de "girassol", como S. Exa. o foi por um companheiro.

(Tumulto)

O SR. PRESIDENTE — Solicito ordem nos trabalhos, senão suspenderei a sessão.

Com a palavra o sr. deputado Armando Queiroz.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Srs. Deputados, esta foi a grande verdade. Quando o Líder de minha bancada, deputado João Mansur, foi convidar a outra bancada, numa prática de ética parlamentar, para que retornasse ao Plenário, recebeu o recado através de um contínuo.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Nobre deputado Armando Queiroz, eu gostaria de registrar neste aparte, e se fôr alusão a alguém não tem importância, que estranhei quando o nobre Líder do MDB levantou essa questão de ordem. S. Exa. se melindrou porque V. Exa. disse, da Tribuna, que era inverdade o que S. Exa. afirmava. E isso magoou profundamente to nobre deputado Nivaldo Krüger.

Então, nobre Deputado, eu lembraria, nesta oportunidade, o que ocorreu outro dia, nesta Casa, quando fomos chamados de "circo", "palhaço", que esta Casa era um "circo", etc., afirmações todas incompatíveis com o comportamento de srs. Deputados, e suscetíveis, até, de culminarem com a cassação dos Deputados que fazem uso dessas expressões. E ninguém ventiloou isso.

Portanto, srs. Deputado, se houve algum precedente, esse precedente foi da bancada da minoria, e isso ocorreu após apelo feito pela bancada da maioria.

E se repito isso, sr. Deputado, é apenas no sentido de que, daqui para frente, conduzamos os nossos trabalhos, os nossos debates, em um clima, em um nível mais elevado, mais condizente com nossa posição de homens íntegros, autênticos representantes do povo.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Veja, sr. Deputado, quando analiso esta matéria de grave importância para o Estado, o que recebo são ofensas de caráter pessoal.



É assim, sr. Deputado, é desta maneira que se trata a Constituição do Paraná, através de ofensas de caráter pessoal.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica que faltam apenas três minutos para esgotar o prazo concedido a V. Exa..

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Obrigado.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Armando Queiroz, com referência ao episódio da retirada da bancada do MDB, naquela sessão tumultuada, quero dizer que nós também já fizemos obstrução regimental, mas nunca procedemos atalhadamente como naquele dia.

E quero dizer, nobre Deputado, que naquele dia eu estava com o espírito desarmado, e tive a honra de acompanhar a bancada do MDB ao elevador, e pedir que retornasse ao Plenário, desde que eu já tinha sido informado, e informava que a questão de ordem solicitada pelo deputado Erondy Silvério era no sentido de fazer apêlo ao sr. deputado Paulo Poli, uma informação que eu levava ao elevador, para os membros da bancada do MDB, não foram suficientes para que a bancada retornasse ao Plenário.

Então conclui, e quero crer, diante do que assisti, que o MDB haveria de se retirar da sessão, fôsse qual fôsse a motivação encontrada, porque tudo que se está verificando no Paraná, inclusive a suspensão da vigência da Constituição, fruto de uma decisão intempestiva, e eu vou mais longe, até precipitada de um Desembargador, tudo era fruto de um projeto pré-estabelecido, que jogou esta Assembléia na sargeta...

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Na lama.

O sr. Ivo Tomazoni — ... e cabe a nós, agora, erguer este Poder, porque ele deve estar ao nível em que estão todos os membros deste Poder.

Era a isso que eu me referia, quando dizia "intromissão de outro Poder no assunto que deve ser resolvido aqui". Para isso temos uma Comissão de Constituição e Justiça, que é a quem cabe falar, quando surgem problemas de fidejussão ou alta indagação, para que então se recorra a ela antes de se procurar a Justiça, e não deixe à mercê da opinião pública mal informada, que nos tem hoje na conta de verdadeiros moleques, o que não somos, absolutamente, nobre Deputado.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Diante da determinação da Presidência, só quero concluir, e faço um apêlo aos srs. Deputados da ARENA e do MDB. Pretendo, e desde já peço a minha inscrição para explicação pessoal, para continuar a analisar esse episódio, dada a gravidade do momento histórico que está vivendo o Estado do Paraná.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Queria apenas, nobre Deputado, em nome da bancada do Governo, hipotecar nossa solidariedade a V. Exa., no momento em que o Líder do MDB procura atingi-lo pessoalmente. Só posso atribuir esse gesto do nobre deputado Nivaldo Krüger, a um impulso de momento, porque o conhecemos, e conhecemos a responsabilidade de S. Exa. na condução de uma Bancada. De modo que não acredito que o nobre deputado Nivaldo Krüger quisesse atingi-lo pessoalmente, porque sua responsabilidade é muito maior, porque ele tem responsabilidade de liderança de uma bancada. Mas, V. Exa. tem a solidariedade da bancada da ARENA nesta Casa.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Agradeço, posso ter a solidariedade, como acredito que tenha, mas a ofensa foi pessoal, sr. Deputado.

As únicas razões que me trouxeram à Tribuna, para analisar esse episódio em termos evidentemente emocionais, porque me sinto emocionado, é porque não aceito, é porque repilo, é porque não posso entender, é porque de maneira alguma, posso compactuar com essa maneira de tratar dentro da Assembléia, com essa maneira e com esses modos de levar o nosso Poder às manchetes, da forma como vem sendo levado, jogado-o na lama, jogando-o



no esgôto, como se aqui realmente estivessem vivendo aqueles paranaenses referidos pelo sr. deputado Nivaldo Krüger.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

A ORDEM

com a presença de 44 srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados.

— REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 59-59, que assegura a Prerrogativa para distribuição de bolsas de estudo através dos Senhores Deputados, para o ensino médio, e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 59-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Fica assegurada aos deputados a prerrogativa de distribuir bolsas de estudo para o ensino médio e superior.

Parágrafo único — As bolsas a serem distribuídas pelos deputados não virão em prejuízo da distribuição feita pela Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2.º — Para atender o estabelecido no artigo 1.º, o Secretário da Assembléia Legislativa procederá os entendimentos necessários junto à Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, ajustando o controle das bolsas a serem distribuídas

Parágrafo único — A Mesa da Assembléia distribuirá formulário contendo os requisitos e formalidades exigidos pela Secretaria de Educação e Cultura, estabelecendo-se vinte (20) bolsas para o ensino médio e três (3) para o ensino superior, a cada deputado.

Art. 3.º — A distribuição das bolsas de estudo será feita a critério dos deputados e, somente terão validade, quando destinadas a estabelecimentos particulares de ensino médio ou para qualquer estabelecimento de ensino superior.

Art. 4.º — As bolsas de estudo serão entregues aos deputados até o dia 5 de fevereiro de cada ano, através da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa.

Art. 5.º — Os formulários distribuídos aos deputados, além das características e dizeres, receberão carimbo da Secretaria de Educação e Cultura relativo ao ano letivo, significando o seu registro em livro próprio.

Art. 6.º — A distribuição das bolsas será submetida às seguintes normas:

a) os deputados concederão as bolsas de estudo aos alunos, indistintamente.

b) o aluno, ao receber o formulário equivalente à bolsa de estudo, procederá à entrega do mesmo ao educandário particular do ensino médio ou superior de sua escolha, devidamente preenchido e assinado pelos responsáveis.

c) caberá ao educandário remeter o formulário, complementando os requisitos exigidos, devidamente assinado pelo Diretor do estabelecimento, para a Secretaria de Educação e Cultura do Estado.

d) a Secretaria de Educação e Cultura, através do órgão competente, anotará o recebimento do formulário convenientemente preenchido em livro próprio, de acordo com o artigo 5.º desta Lei.

Art. 7.º — As bolsas de estudo serão renováveis automaticamente e válidas para todas as séries do curso para o qual forem concedidas.

§ 1.º — Não serão renovadas as bolsas de alunos que venham a repetir o ano.



§ 2.º — no caso de transferência de domicílio, a bolsa não perderá a validade, sendo transferível para estabelecimento equivalente que se ajuste às conveniências do aluno e do educandário.

§ 3.º — fica estabelecido que as bolsas serão distribuídas prioritariamente aos alunos filhos de família menos favorecidas.

Art. 8.º — O recurso destinado a fazer face às despesas decorrentes desta Lei, serão consignados no Orçamento do Estado para o exercício de 1.972.

§ 1.º — a consignação orçamentária fará parte integrante dos recursos atribuídos ao Poder Legislativo, na dotação específica, subvenções sociais. código n. 3.2.1.0..

§ 2.º — no final do 2.º período legislativo, a Secretaria da Assembléia fará o pagamento diretamente aos estabelecimentos que abrigaram bolsistas, de acôrdo com comunicação através de ofício da Secretaria de Educação e Cultura.

§ 3.º — A Secretaria de Educação e Cultura fará a comunicação à Assembléia, relacionando os nomes dos estabelecimentos credores depois de verificado o aproveitamento dos bolsistas.

§ 4.º — o pagamento será feito por cheque emitido pelo Primeiro Secretário da Assembléia a crédito do estabelecimento de ensino, através da Agência do Banco do Estado que estiver localizada mais próxima ao educandário credor.

§ 5.º — na falta da Agência do Banco do Estado, o pagamento poderá ser feito através de outros estabelecimentos oficiais ou, ainda, por intermédio de agência bancária indicada pelo Diretor do educandário, por ocasião do preenchimento do formulário.

Art. 9.º — O saldo relativo às bolsas prejudicadas por extravio ou repetência dos alunos favorecidos, será recolhido ao Tesouro do Estado ao final de cada exercício.

Art. 10 — O valor das bolsas de estudo objeto desta Lei, será fixado em dois terços da anuidade cobrada pelo estabelecimento e de acôrdo com a Lei vigente.

Art. 11 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de maio de 1.971.

aa) **Cândido Martins de Oliveira** — Presidente

**Wilson Brandão** — Relator

— 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 70-70, de autoria do dep. Armando Queiroz, que autoriza o Poder Executivo a celebrar, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem, convênio com os Municípios de Palmital, Roncador e Pitanga, para construção de uma ponte sobre o rio Cantu. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — com **Substitutivo** — Em regime de Urgência. — **Aprovado o substitutivo.**

— 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 147-76, de autoria do dep. Eron-dy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a elevar para Cr\$ 100,00 a pensão mensal concedida a Esperança Barbosa. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

— 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 130-70, de autoria do dep. Wilson Fortes, fica criada uma Inspeção de Ensino, com sede em Cidade Gaúcha, com jurisdição nos Municípios que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — com **Substitutivo**. — O substitutivo geral, de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, é o seguinte: (Lê)

“SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 130-71

O Substitutivo do Projeto de Lei n.º 130-70, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, mediante De-



creto as seguintes Inspetorias Regionais de Ensino: I — uma com sede em Rondon e jurisdição nos Municípios de Indianópolis de Guaporema e Município sede; II — outra com sede em Cidade Gaúcha e jurisdição nos Municípios de Tapira, Nova Olímpia e Município sede.

Art. 2.º — Para atender o disposto no art. 1.º, fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Art. 6.º da Lei n. 5.821, de 03 de agosto de 1.968, os seguintes cargos de Provisão em Comissão:

No inciso I, dois de Inspetor Regional de Ensino, símbolo 3-C;

No inciso III, dois de Inspetor Regional de Ensino Médio, símbolo 6-C e

No inciso IV, dois de Inspetor de Ensino Primário, símbolo 14-C.

Art. 3.º — As despesas com a execução desta Lei correrão a conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1.971.

(a) Ivo Tomazoni.

Em discussão o substitutivo. Encerrada a discussão. Em votação. — **Aprovado.**

**2.ª Discussão** — do Projeto de Lei n. 243-70, de autoria do dep. Arthur de Souza, que declara de Utilidade Pública o Conselho de Santa Mariana. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

**2.ª Discussão** — do Projeto de Resolução n. 8-71, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o convênio celebrado entre a União, através do Ministério da Agricultura, e o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, visando executar o plano Nacional de Combate à Febre Aftosa. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

**1.ª Discussão** — do Projeto de Lei n. 286-70, de autoria do dep. Luiz Renato Malucelli, que autoriza o Poder Executivo a doar, ao Município de Foz do Iguaçu, parte de um lote suburbano, na forma e como especifica — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — **Aprovado.**

## PROJETO DE LEI N. 286-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Foz do Iguaçu, um imóvel constituído de parte do lote número cinquenta e dois (52), do quadro suburbano da referida cidade, sem benfeitorias, confrontando-se: ao Sul, em 11,00m., com a Avenida Jorge Schimmelpfeng; ao Leste, em 59,00 m., mais ou menos, com o remanescente do lote n. 52; ao Norte, em 11,00m., com o mencionado lote; e, finalmente, ao Oeste, em 59,00m. com parte do lote n. 52 já referido e com propriedades do Município de Foz do Iguaçu.

Parágrafo Único — O imóvel de que trata este artigo se destina à ampliação dos serviços da Municipalidade de Foz do Iguaçu e sua ocupação e destinação deverão se concretizar dentro de trinta e seis (36) meses, a contar da data da publicação desta Lei. (36) meses, a contar da data da publicação desta Lei.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1970.

a) — **Luiz Renato Malucelli**

**JUSTIFICATIVA:** A doação preconizada pelo presente plano de lei é medida que se impõe. O aumento crescente de turistas pela cidade Foz do Iguaçu, está a exigir que aquela comuna do extremo Oeste do Estado se preocupe com sua urbanização o que em última análise se traduz em uma imperiosa necessidade.



Concretizada a doação, o imóvel se destinará a ampliação dos serviços daquela Municipalidade, o que por si só, justifica a apresentação desta medida.

Isto posto, apresentamos a presente proposição à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o necessário apoio, e, afinal, a aprovação que se faz desejar.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE LEI N. 286-70**

Autor: Dep. Luiz Renato Malucelli

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo a doar, ao Mun. de Foz do Iguaçu, parte de um lote suburbano, na forma e como especifica".

1.) A Proposição ora em exame vem articulada e devidamente justificada, atendendo a disposição do Regimento Interno.

2.) Da sua análise resulta verificar-se ser uma mera autorização legislativa, razão pela qual entendemos não haver qualquer óbice, quer de ordem legal, quer de ordem constitucional.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa do Autor:

3.) Em face das razões expendidas, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Emílio Carazzai — Acyr José — Odilon Reinhardt — Gilberto Carvalho — Sebastião Rodrigues Júnior — Armando Queiróz

**COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO**

**PARECER**

Ao Projeto de Lei n. 286-70

Autor: Dep. Luiz R. Malucelli

Trata-se de proposição de caráter autorizativo que não fere princípios legais.

Somos, em consequência pela aprovação.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1970.

aa) Arizone Araújo — Presidente

Santos Lima — Relator

Francisco Escorsin — Marciano Baraniuk

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Muggiatti Filho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao sr. Diretor do Departamento Estadual de Trânsito, solicitando informações. — **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Secretário de Educação e Cultura, manifestando a satisfação desta Casa pela reabertura do Grupo Escolar "João Mazarotto". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício, em forma de apêlo, ao sr. Governador do Estado, no sentido de ser destinado recurso extraordinário à Empresa Paranaense de Turismo — Paranatur — no presente exercício. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao sr. Secretário dos Transportes e ao sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido da implantação asfáltica no acesso que liga a cidade da Lapa ao Parque do Monge. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao sr. Secretário da Agricultura, no sentido de melhorias nas proximidades da Gruta do Monge. — **Aprovado.**



Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 33-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, com o “croquis da BR 373, bem como assinaturas”, no sentido da possibilidade da construção de uma estrada carroçável margeando o trecho Três Pinheiros-Porto Santa Maria. — Em discussão.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica a adiada a discussão do requerimento para o final da Ordem do Dia de amanhã.

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, constante do Expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao sr. Diretor do DETRAN, no sentido de sinalização em locais da cidade.

O SR. MAURICIO FRUET — (Pela ordem) Sr. Presidente.

O eminente líder da ARENA, na sessão de ontem, havia requerido discussão a este Projeto; talvez ele não tivesse ouvido a observação referente a este requerimento.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa repete, a fim de que a Casa tome conhecimento. É um requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, que solicita sinalização numa das ruas da Capital. — **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando seja enviado telegrama do sr. Presidente da República e ao sr. Ministro das Relações Exteriores. Existe um outro requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Lopes Júnior, modificando o teor do requerimento. Passarei a ler o requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Lopes Júnior: (Lendo):

“O Deputado que o presente subscreve requer, após ouvido o Plenário, emenda ao requerimento do sr. deputado Nivaldo Krüger, sob n. 10-17, para o fim de modificar a redação do telegrama para a seguinte: “A Assembleia Legislativa do Paraná vg congratula-se vossência afirmação de soberania extensao mar territorial duzentas milhas pt.”.

Ao invés de MDB, seria a Casa toda. Em discussão.

O SR. IVO TOMAZONI — (Para discutir) Sr. Presidente, data vênia melhor entendimento de V. Exa., quero crer que a Presidência deve despachar de ofício, esse requerimento, não o trazendo à consideração do Plenário. Mesmo porque, sr. Presidente, o eminente deputado Nivaldo Krüger, nos termos em que põe este Requerimento, ele solicita, na forma Regimental, muito embora solicite e requeira audiência do Plenário, que a Mesa Executiva da Assembleia Legislativa faça expedir ao Exmo. Sr. Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici ao Ministro das Relações Exteriores, o texto do radiograma que houve por bem inserir no seu requerimento.

Data vênia, melhor entendimento de V. Exa, requeiro de V. Exa. que autorize de ofício à Primeira Secretaria, expedir o Radiograma.

É um Radiograma em termos pessoais, porque não vai vasado em nome da Assembleia Legislativa. Portanto, solicito que V. Exa., de ofício, determine à Primeira Secretaria que expresse os termos deste radiograma. Porque, se adotado por esta Casa, nós teremos que substituir os termos “Que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná se congratula com V. Exa. etc.. Data vênia melhor entendimento de V. Exa., deve ser autorizado o ofício.

O SR. JOAO MANSUR — (Pela ordem) Sr. Presidente, data vênia, a argumentação levantada pelo Deputado Ivo Tomazoni, solicito a V. Exa.



que eoloque em votação a Emenda proposta pelo nobre deputado Nivaldo Krüger, em nome da Assembléia Legislativa do Paraná.

SR. NIVALDO KRÜGER — (para discutir). Sr. Presidente, srs. Deputados.

Nós pertencemos a uma Nação, nós somos um povo! Nós queremos o bem deste País, o engrandecimento desta gente! Nós somos políticos, nós dividimos em facções partidárias! Mas nós não somos secretário, não senhores. Nós não somos homens de predisposição; somos homens livres; somos homens, graças a Deus, que não obedecemos a chefes. Não precisamos ser liberados nem pedir liberação para quem dita o poder. Ao tomarmos conhecimento da medida grandiosa do sr. Presidente da República, demonstrando que o nosso País tem independência para resolver as suas questões, nós não podemos deixar de aplaudir o homem que preside a nossa Nação, embora seja ele do outro partido. Não, senhores, nós entendemos que é necessário estimular os atos de grandeza provindos de quem quer que seja; e os srs. Deputados da Arena não de se acostumar com isto brevemente, o que já afirmamos uma vez desta Tribuna. Nós estaremos também aplaudindo o Governador do Estado, embora a ele não estejamos ligados política e partidariamente. Já votamos tantas vezes com projetos do Governo, e votaremos tantas quantas forem necessárias, porque não estamos disputando a simpatia do sr. Governador, porque não está em jogo nenhuma Secretaria, nenhum comando político que dependa da vontade única do Governador do Estado. Nós acreditamos que um dia entraremos naquele Palácio, com toda a dignidade de homens que representam o povo, e de lá haveremos de sair também de cabeça erguida, com a mesma dignidade com que ali entramos, sem ir negociar comandos políticos a troco de apoios incondicionais.

É uma posição difícil de ser entendida. Haverão de dizer: "Que doidos são estes que encaram a vida pública por este prisma?". Mas é que somos idealistas e não utilitaristas.

Embora não possamos fazer alarde de títulos obtidos em Universidades, trazemos nos ombros os calos da vida, da vivência com o povo, aquela vivência que nos dá o trato humano das coisas, o sentimento puro da vida. E não queremos nos comprometer. Aqui está a prova disto, na mais pura sinceridade de um homem que vem dizer dos sentimentos seus e do povo. De uma gente cansada de ser enganada por forças muitas vezes representadas na Tribuna e na Assembléia.

Se um dia eu disse, srs. Deputados, que jamais participaria de uma cena de cinismo, creio que também nenhum dos senhores gostaria de participar de uma farsa ou de um teatro. Disse isto porque tenho a certeza de que os homens que aqui se acham, tem um encontro consigo mesmos, além dos encontros das conveniências nas bancas do jogo político da esfera administrativa. E estes homens têm de ver o que praticam os governantes que excedem de sua posição, esquecendo que são verdadeiros empregados do povo, subordinando homens que se elegem, a sua condição de inferioridade. É contra isso que nos opomos, e não temos nenhum pejo em nos congratularmos com o Presidente da República, que é da ARENA, porque está agindo certo. Com ele iremos nesta atitude. Assim procedeu o MDB no Congresso Nacional, apoiando o S. Exa. nesta atitude de altaneria do povo brasileiro, porque é isto que esperamos de um Presidente. Que seja capaz de dizer, em nome de seu povo, da coragem que este povo tem, apesar dos "Mariners", dos aviões, dos foguetes e das forças das Nações que subordinam outras, em todo o mundo.

É o que nós queremos, mas isto não será conquistado — podem estar certos — de gatinhas, de espinha dobrada, mas sim por homens que, como outros o fizeram no passado, têm que fazer no presente. Alguns que, no passado, deram seu sangue para que não vissem homens escravizados



sobre o torrão nosso. Outros deram seu sangue, indo até à força. E destes que gosto de me lembrar e venerar, e não daqueles, obedientes, subservientes. E é isto que lembro neste instante, que o Presidente da República recebe de uma pequena bancada, um apoio. E quero pedir a todos os srs. Deputados que aprovem este nosso requerimento de apoio ao sr. Presidente da República.

Os srs. Deputados da ARENA podem fazer tudo, podem derrubar nossos requerimentos, podem impedir que uma região, para quem pedimos uma estrada, tenha-a.

O SR. GILVERTO CARVALHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, o nobre deputado Nivaldo Krüger está discutindo o requerimento ou está fazendo crítica à bancada da ARENA?

O SR. PRESIDENTE — O sr. deputado Nivaldo Krüger pediu a palavra para discutir o requerimento. Solicito a S. Exa. que se cinja à discussão da matéria.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, era exatamente isso que estava fazendo.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem). Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. me informasse se o sr. deputado Nivaldo Krüger está discutindo o requerimento ou encaminhando a votação.

O SR. PRESIDENTE — Está discutindo o requerimento, e portanto os apartes são válidos e permitidos.

Continua com a palavra o sr. deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Concedo aparte ao sr. deputado Muggiatti Filho.

O Sr. Mugiatti Filho — Apenas queria dizer que me regozijo com o brilhante discurso que V. Exa. está proferindo. V. Exa. está tratando do termo soberania, e soberania é um termo que deve ser tratado aqui dentro. Embora essa soberania possa representar alguma coisa difícil de ser respirada nesta Casa.

O Sr. Sebastião Rodrigues. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, quero empenhar a V. Exa. a minha solidariedade, e apenas estranhar a questão de ordem levantada pelo nobre deputado Gilberto Carvalho, porque não vi, nas palavras de V. Exa., qualquer crítica direta à bancada da ARENA. V. Exa. estava falando em tese. Talvez a carapuça tenha servido ao nobre deputado Gilberto Carvalho.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte do nobre deputado Sebastião Rodrigues.

O Sr. Ivo Tomazoni. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Não sei se é possível, se em algum momento este Deputado que tem a honra de apartear-lo, tenha se excedido.

Mas, quero dizer que, quando ouço o nobre deputado Sebastião Rodrigues dizer que a bancada da ARENA anda de "gatinhas", tem a "espina dobrada", que é "subserviente", sinto-me ofendido. Por que não é usando esses termos que a bancada do MDB vai ter o nosso apoio nas votações de seus requerimentos. E se é com esses termos que somos tratados, temos razão, de sobra, para rejeitarmos todos os requerimentos e pedidos de informações que o MDB der entrada. Porque nós não engatilhamos, e isso não nos serve de carapuça, e não podemos aceitar essa forma deselegante usada pela bancada do MDB cada vez que vai à Tribuna, faz questão de se referir à nossa condição de homens subservientes. Por que, meu Deus? Será que não temos dignidade? Sempre a tivemos, sempre justificamos de nossa Tribuna nossos votos. Sempre o fizemos. Não aceitamos, e tem razão o deputado Gilberto Carvalho, que na discussão de um



requerimento. o mesmo deva cingir-se apenas ao assunto do requerimento, — mas não aceitamos que venham aqui nos ofender, nos espesinhar novamente. Isso é que não aceitamos.

Solicito às notas taquigráficas que banam-se dos anais da Casa as expressões “de gatinhas, de espinha dobrada, subserviente” expressões que ferem o decôro parlamentar.

O SR. PRESIDENTE — Continua com a palavra o sr. deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Obrigado.

O Sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, fala-se muito em dignidade nesta Casa...

O Sr. Ivo Tomazoni — E nós a temos.

O Sr. Alvaro Dias — ... pronunciamentos dêsse jaez dignificam um homem público. A verdade é que, na altiva linguagem da verdade, foram machucados, e os nobres Deputados da ARENA terão que aprender e se acostumar com essa linguagem.

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ — (Pela ordem) Sr. Presidente, o nobre deputado Alvaro Dias está se excedendo, nos parece que é o dono da verdade nesta Casa. Não respeita e não usa linguagem parlamentar. Eu, srs. Deputados, me considero Deputado independente. Estive durante o governo anterior numa total independência e continuo, hoje, como homem independente.

Parece-nos que a dona da verdade nesta Casa, é somente a bancada do MDB. Tenho votado nesta Casa com consciência, como sempre votei nesta segunda legislatura.

Não aceito e repudio os termos usados pela bancada do MDB, e daqui para frente creio que os componentes da bancada da ARENA nesta Casa não vão se calar mais, enquanto a bancada do MDB usar êsses termos que tem usado, nesse sistema ofensivo que costuma ter na Tribuna desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência entende que respeito a harmonia devem existir para o prosseguimento da sessão e normalização dos trabalhos.

Assim, solicito, aos srs. Deputados, encarecidamente, o respeito de parte, para que, afinal de contas, o Poder Legislativo possa engrandecer-se e não ser vilipendiado por essa ou aquela razão, desconhecendo as razões de que lado existam.

Faço êsse apêlo patriótico, paranista, para que a sessão possa continuar, com o propósito de levar mensagem ao povo, através de um sadio princípio democrático e de uma vivência parlamentar.

Restam apenas dois minutos para V. Exa. concluir sua oração, sr. deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço.

O sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite que eu conclua meu aparte? (Assentimento). Sr. Deputado, nós entendemos que nossa linguagem seja a linguagem da verdade. Pelo menos é carregada de autenticidade. Aquêles que não a entendem, chamam-na de linguagem da inverdade. É um direito que asseguramos a todos; quando discordamos, não procuramos cercear a livre expressão da verdade, como quando nos retiramos dêste Legislativo, revoltados justamente porque não permitiram que nossa bancada expressasse seu pensamento.

Nós voltaremos em explicação pessoal, nobre Deputado.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, consulto de quanto tempo ainda disponho.

O SR. PRESIDENTE — Um minuto e meio.

O SR. IVO TOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, para que não se diga que somos totalitários, regimentalmente cabe ao ilustre Deputado uma prorrogação.



O SR. PRESIDENTE — O sr. deputado Nivaldo Krüger está discutindo e não falando em Explicação Pessoal, motivo porque não cabe prorrogação.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Lamentavelmente, sr. Presidente, dá-se uma interpretação diversa ao sentido de minhas palavras. Estou me referindo ao Presidente da República, não estou me referindo a uma bancada. Estou me referindo à atitude de homens públicos, de homens que engrandecem o nosso País, de homens do Partido de Vs. Exas.. Os nobres Deputados se abespinham quando falo em “espinha dobrada”. Isto poderá ser dirigido a quem quer que seja. Sou homem de partido e compreendo as circunstâncias do partido.

Com relação aos termos ofensivos, não fui eu que chamei um Deputado de “mentiroso”. Isto foi que gerou a reação. De toda medida injusta, ocorre fatalmente a reação. Sem dúvida nenhuma é a injustiça a geradora das guerras; a injustiça é que traz a intranquilidade entre os homens, as Nações e os povos.

Refiro-me com orgulho ao Presidente, porque não é o presidente de Vs. Exas., é o Presidente do Brasil e eu, como brasileiro, sei que também é meu Presidente. O MDB e a ARENA são Partidos que integram a contextura do Estado brasileiro, pois se encontram dentro da Lei e da ordem.

O SR. PRESIDENTE — Informo ao nobre orador que está encerrado o seu tempo.

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela ordem). Sr. Presidente, pediria que fôsse feita uma revisão no tempo, porque diversos apartes foram dados e questões de ordem levantadas.

O SR. PRESIDENTE — O tempo relativo às questões de ordem e os apartes não podem ser reduzidos, nem considerados.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — (Para discutir). Sr. Presidente, srs. Deputados.

Quero, de início, fazer um apêlo, e o faço com toda a sinceridade aos ilustres Deputados da Arena e do MDB.

Quando pleiteamos uma cadeira no Legislativo Estadual, não dissemos aos nossos leitores que para cá viríamos imbuídos de espírito mesquinho e com o intuito de abordar os reclamos do íntimo de cada um para discutir exasperadamente, para levantar os ânimos desta Casa.

Dissemos, esta é uma verdade, que para cá viríamos trabalhar pela grandeza e pela prosperidade do Paraná; dissemos que para cá viríamos trabalhar pela tranquilidade e pela paz do povo paranaense, e é isto que devemos fazer.

Sr. Presidente, srs. Deputados, não se trata absolutamente de “espinha dobrada”, não se trata absolutamente de saber da autenticidade de cada um, porque cada um é autêntico à sua maneira; não posso exigir que os outros sejam autênticos à minha maneira, como eu quero. Autenticidade é uma coisa natural, espontânea. Sou como sou, porque sou. Sr. Presidente, srs. Deputados, o que tivemos aqui, foram discussões em torno de nada, pregados no chão da realidade, e é olhando quimeras, divagações. Caríssimo absolutamente de nada. É que temos que discutir os assuntos com os pés. Nós Deputados, é uma questão de processualística, tão somente de processualística. Eu não posso pedir que a ARENA passe um telegrama e que este telegrama seja votado pelo MDB; cada um deve resolver os seus problemas internos. Portanto, se a bancada do MDB passa um telegrama em nome da sua bancada, pode passá-lo. E quero enaltecer o MDB por se interessar por um problema de soberania nacional, e que até o Presidente Médici, teve que enfrentar-lo. O que não se pode exigir é que a Casa vote um telegrama da ARENA, sem levar o endosso do MDB, como também não se pode exigir que a bancada do MDB vote um telegrama da ARENA; são problemas puramente domésticos. É por isso que eu apresento esta Emenda que não altera, apenas diz que, em vez do telegrama ser em nome da bancada do



MDB, seja em nome do povo do Paraná, porque sendo em nome do Poder Legislativo, da Assembléia Legislativa, será em nome do povo paranaense. É só isso que quero, que não haja discriminação de bancada, mas que haja um telegrama que corresponda aos anseios do povo paranaense, aqui representado pelos Deputados da ARENA e do MDB.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Quero me congratular com V. Exa., quando apresentou uma emenda ao requerimento da bancada do MDB. V. Exa. reconheceu naquele requerimento a oportunidade, a validade do requerimento. Realmente, a bancada do MDB, como bem expressou o seu Líder da Tribuna, em relação a este requerimento que se congratulava com S. Exa. o sr. Presidente da República; foi mais além o nobre deputado Nivaldo Krüger, quando reconheceu naquele homem extraordinário que, segundo as suas palavras, vem se portando como um verdadeiro estatista na condução dos problemas nacionais. E a emenda de V. Exa., endossada pela bancada do Governo nesta Casa, nada mais quer do que reforçar o requerimento do MDB, para que este voto de louvor a S. Exa. o sr. Presidente da República, seja realmente da Assembléia Legislativa do Paraná e do povo paranaense. De modo que quero me congratular com as palavras de V. Exa., que vem realmente colaborar com o nosso pronunciamento. Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Agradeço o aparte e quero, encerrando as minhas palavras, louvar a iniciativa da bancada do MDB, neste telegrama. Eu não quero tirar o mérito da iniciativa; a iniciativa cabe à bancada do MDB, e como disse o nobre deputado João Mansur, e como é pensamento da ARENA, que não seja apenas de uma bancada, mas que seja o telegrama congratulatório, do povo paranaense, através dos seus representantes. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o requerimento do nobre deputado Nivaldo Krüger, com Emenda do sr. deputado Antônio Lopes Júnior. Encerrada a discussão. Antes de pôr em votação, a Mesa entende que o nobre deputado Nivaldo Krüger, com altruísmo, e com a demonstração de reconhecimento a S. Exa., o sr. Presidente da República, redigiu um requerimento e o encaminhou à Mesa. No entanto, por ser de autoria de uma bancada, a bancada do MDB, a emenda de autoria do deputado Antônio Lopes Júnior absorveu o requerimento, a fim de que o mesmo seja encaminhado em nome de toda a Casa, para que prevaleça apenas o seu requerimento, para, informalmente, ser apreciado pelo Plenário e não votado, porque a matéria envolve apenas uma parcela da Casa, ou seja, em nome específico da bancada oposicionista da Casa.

O SR. NIVALDO KRÜGER — (Pela ordem). Sr. Presidente, eu apenas quero reafirmar que tenho visto a bancada da ARENA ir derrubando, uns após outros, nossos requerimentos. Por isso é que fui à Tribuna defender esse ponto de vista, ao enviar telegrama ao Sr. Presidente da República. Quando vejo que a bancada da ARENA se solidariza conosco, e quer imbrincar-se a nós nesse ponto, que é a luta brasileira ao ver que o seu povo está se engrandecendo. Aceito e acho que é ideal passarmos o telegrama em nome do Legislativo do Paraná. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A satisfação do MDB é a mesma, e prevalece o requerimento do sr. deputado Antônio Lopes Júnior, endereçando um telegrama ao sr. Presidente da República, em nome da Assembléia, e nos termos já referidos. Em votação o requerimento do deputado Antônio Lopes Júnior. — Aprovado.

O SR. MAURICIO FRUET — Exmo. sr. Presidente, dignos srs. Deputados. Fefiro-me inicialmente ao apêlo formulado desta Tribuna pelo deputado Antônio Lopes Júnior, e mais uma vez vou repetir aos eminentes srs. Deputados, a frase do apóstolo Paulo, que acreditamos devesse e deva dirigir os destinos desta Casa: — “nem tudo que é justo, edifica”.



Já tivemos oportunidade também, desta Tribuna, de afirmar que entendemos e compreendemos o papel da oposição, não só como órgão fiscalizador, não só como um órgão de denúncia, para transmitir à opinião pública e para evitar desmandos, mas também deve funcionar como um órgão de aplauso às atitudes corretas daquele que dirige o Poder Executivo.

E é isso que nos move no início de nossa explicação pessoal, a atitude de S. Exa., o sr. Governador do Estado, no final desta semana, dando início e afirmando taxativamente que os trabalhos de asfaltamento no trecho Mauá, Charles Naufal e Londrina, serão realizados dentro do prazo regulamentar previsto e, desta forma, haverá um atendimento pronto à população, notadamente do Município de Sertãoópolis, que pleiteia aquele benefício. Ali, na oportunidade, estava presente um Deputado desta Casa, o deputado Borsari Neto, que acompanhou os trabalhos e acompanhou as solenidades realizadas naquele local, na ocasião em que S. Exa. prometia ao povo da região a importante obra. E é isso que nós queremos de S. Exa.. É isso que deseja o povo do Paraná: deseja mais estradas; deseja melhores estradas, deseja mais energia, deseja melhor energia e energia mais barata. E isso que quer o povo do Paraná; é isso que quer o partido do Governo, é isso o que quer o partido da oposição.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Ilustre deputado Maurício Fruet, era nosso pensamento também discorrer sobre as medidas anunciadas pelo Governador. Mas queremos roubar um minuto do seu tempo para dizer da satisfação com que foi recebido, no norte do Paraná, o anúncio feito pelo Governador do Estado, Haroldo Leon Peres, do início imediato do asfaltamento daquela tão importante rodovia.

Nós queremos, neste momento, nós que já fomos à Tribuna e iríamos quantas vezes fôsse necessárias, para criticar o sr. Governador do Estado do Paraná, naquilo que entendemos que contrarie os desejos do povo do Paraná. Nós queremos, neste momento, em nome de todo o povo do Norte do Paraná, render a nossa gratidão por esta obra tão importante para o escoamento da produção de nossa região.

O SR. MAURICIO FRUET — Na forma deste detalhe e dentro do mesmo princípio de que nem tudo que é justo edifica, não podemos concordar com a decisão desta Casa, tomada há instantes atrás, quando o requerimento de nossa autoria foi indeferido pelo Plenário.

Requeri à Mesa simplesmente que se oficiasse ao exmo- sr. Diretor do DETRAN, no sentido de que S. Exa. se dignasse adotar medidas necessárias para a pronta sinalização nos locais referidos.

Por isso não posso, de forma alguma, admitir que esta Casa tenha se manifestado contrariamente ao requerimento, que tornarei a apresentar na sessão de amanhã, porque tenho certeza de que os senhores irão reconhecer a necessidade destas providências.

O sr. Fabiano Braga Côrtes — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre deputado Maurício Fruet, o requerimento de V. Exa., apresentado na sessão de hoje, é de grande interesse para a população de nossa cidade. Queremos, na oportunidade justificar o por quê de votarmos contrariamente. Não tivemos oportunidade de conversar com o ilustre Deputado a respeito do requerimento. Mas, na semana que findou, estivemos no DETRAN conversando com o Diretor daquele Departamento, ocasião em que S. Exa. disse estar fazendo um levantamento da necessidade de sinaleiros em todas as vias de nossa Cidade. Desde que assumiu a direção do DETRAN, S. Exa. já colocou uma média de 15 sinaleiros na cidade. Tive ocasião de constatar que as ruas mencionadas por V. Exa. estão entre aquelas onde será colocado sinaleiro dentro de poucos dias. Nosso Líder já recebeu comunicação daquela autoridade.

Nestas circunstâncias, achamos que o requerimento seria inoportuno, porque todas as medidas do DETRAN já está tomando. Creio que em



poucos dias estes sinaleiros serão colocados, não só nas ruas mencionadas por V. Exa., mas também nas demais ruas onde se fazem necessários.

O SR. MAURICIO FRUET — Agradeço o aparte e gostaria de responder V. Exa. me perdôe, mas o problema nas duas ruas não é de sinaleiro, portanto, a razão de ser do requerimento. Elas não podem admitir sinaleiro, porque tanto a rua Chile como a Avenida Paraná são ruas de tráfego rápido, conforme afirmou o Diretor do DETRAN. Estas ruas não podem ter o tráfego interrompido com a colocação de sinaleiros. Há necessidade de sinalização. O assunto é gravíssimo, e medidas têm que ser tomadas urgentemente. Não foram poucas as vezes em que pedi esta sinalização, quando Vereador, sem que nenhuma medida fosse tomada. Oito pessoas já morreram em acidentes na Avenida Paraná; na rua Chile, até o momento, nenhum acidente fatal porém com gravíssimos ferimentos em mais de 20 acidentes.

Mas, mesmo assim, agradeço o esclarecimento de V. Exa., e concedo o aparte ao nobre deputado Nivaldo Krüger.

O sr. Nivaldo Krüger — Ilustre Deputado, foi ótima a sua presença nessa Tribuna para discutir, para alertar sobre a tramitação de requerimentos enviados pela bancada do MDB e obstruídos pela Maioria desta Casa.

Creio, sr. Deputado, que alguns pontos precisam ser esclarecidos, e parece-me oportuno este instante.

Veja V. Exa., requerimento de teor mais ou menos idêntico ao de V. Exa. foi rejeitado pela Maioria, há poucos instantes.

Em nosso requerimento, propúnhamos, sr. Deputado, a construção e reconstrução de alguns trechos da estrada Três Pinheiros-Pôrto Santa Maria, no grande município de Guarapuava, um trajeto de 70 ou 80 km. ficou impedido ao tráfego de animais, tropas, pessoas. E creio, sr. Deputado, que requerimento dessa natureza ajudam o sr. Governador do Estado, e levam ao conhecimento de S. Exa. fatos ocorridos nas diversas regiões do Estado.

E com a rejeição de nossos requerimentos, o povo de nossas regiões está sofrendo. Porque a única coisa que nos resta, ao interpretarmos a vontade de um povo, é contribuir, é levarmos informações desta ordem ao sr. Governador. E nós somos interceptados em nossas pretensões. E Guarapuava, com 40 mil eleitores, deu à ARENA apenas 9 mil votos, repudiou os representantes da ARENA, e para esta Casa nos conduziu com quase 63% dos votos da região. E, hoje, um requerimento de nossa autoria, pedindo providências para uma estrada daquela região, é rejeitado. Então, nada mais nos resta, talvez nem participar dos trabalhos desta Casa.

O SR. MAURICIO FRUET — Nobre Deputado, quero dizer a V. Exa. que, como representante da bancada do MDB na Comissão encarregada de promover as alterações no Regimento Interno da Casa — e inclusive mantivemos diálogo com o deputado Antônio Lopes Júnior —, nos referimos que requerimentos dessa natureza, sem qualquer fim político, mas com o fim exclusivo de auxiliar a administração e o Poder Executivo, requerimentos dessa natureza não devem ser objetos de apreciação do Plenário. Pois que não são reivindicações dos que as apresentam, mas sim dos que os elegeram.

O sr. Borsari Neto — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Desejo, nesta oportunidade, sr. Deputado, fazer um pequeno reparo ao seu pronunciamento.

O sr. Governador não esteve em Sertanópolis prometendo a realização daquelas obras, mas sim autorizando o início das mesmas; firmando contrato com cerca de dez firmas, que executarão a rodovia na sua total extensão, em Mauá à Charles Naufal.

E, naquela oportunidade, tôdas as autoridades e a grande maioria da população da região teve a satisfação, através da significativa homenagem que foi prestada ao ilustre sr. Governador, de agradecer as medidas tomadas.



O SR. MAURICIO FRUET — Nobre Deputado, foi exatamente o que afirmamos.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência avisa ao nobre Deputado que falta um minuto para terminar sua oração.

O SR. MAURICIO FRUET — Solicito prorrogação.

O SR. PRESIDENTE — Concedida.

O SR. MAURICIO FRUET — Gostaria apenas, nobre Deputado, de dizer que acompanhamos as atividades de S. Exa., e temos consciência do que foi realizado por S. Exa., autorizando o início dos trabalhos. E as firmas empreiteiras se comprometendo a entregar as obras num prazo, se não me falha a memória, de 1 ano. Por esse motivo, vimos a esta Tribuna elogiar a atitude de S. Exa., porque é isso que o povo do Paraná quer, é isto que os representantes da ARENA desejam, e é isso que os componentes do MDB ardorosamente desejam.

O sr. Maurício Fruet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Aproveitando o aparte dado pelo eminente Líder de nossa bancada, deputado Nivaldo Krüger, queria, subsidiariamente, dizer a V. Exa. que, nas mesmas condições, nós tivemos requerimentos nossos rejeitados, sem que se soubesse dos argumentos determinantes da rejeição. Como se trata de requerimento que envolve interesse de populações que giram em torno de 11 Municípios de todo o Estado do Paraná, que pedem determinadas medidas do DETRAN que, ao invés de resolver os problemas, aumentou-os nós tivemos esse requerimento, assim como o de V. Exa., rejeitado sem que se soubesse os motivos fundamentais da rejeição.

Nós entendemos que o aparte do deputado Fabiano Braga Côrtes ilustrou o discurso de V. Exa. naquilo que poderia representar a justificativa de votação da essência que estamos procurando. Porque, se realmente o DETRAN tem cinhecimento desse problema, e na Casa havia um pedido ao DETRAN para que a solução desse problema fosse dada, é mais uma colaboração da Casa àquele Departamento, salientando que nossa atuação aqui é fiscalizadora, e que o povo faz suas reclamações através desta Casa.

Quero discordar do Líder Nivaldo Krüger no final do seu discurso. Nós ficaremos aqui 4 anos, e apresentaremos todos os requerimentos que quisermos apresentar, mesmo que sejam rejeitados, e dessa rejeição vamos requerer certidão, porque nós vamos prestar contas do nosso trabalho nesta Casa, daquilo que poderia ter sido feito se fossem aprovados nossos requerimentos, e daquilo que fizemos e os resultados que obtivemos. Nós desejamos prestar contas de tudo que fizemos aqui, ao povo que nos elegeu.

O SR. MAURICIO FRUET — Gostaria de aduzir às declarações do deputado Muggiati Filho, que acreditamos que a decisão tomada na sessão de hoje, pelo Plenário da Casa, seja mais em função de um clima emocional, que nada edifica, mas que, terço certeza, será normalizado dentro, talvez, das próprias horas.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Gostaria que V. Exa. informasse quantos requerimentos apresentou nesta Casa e quantos requerimentos foram aprovados, quantos rejeitados, pela bancada da ARENA.

O SR. MAURICIO FRUET — Respondo, não exatamente o número de requerimentos, mas reafirmo que todos os requerimentos que nós, até hoje, apresentamos nesta Casa, tiveram aquiescência da ARENA e, inclusive, digo neste Plenário, que dois Pedidos de Informação, solicitados por este Deputado que fala neste momento, foram aprovados pela bancada da ARENA unânimemente, com a autorização e aquiescência de sua liderança, diga-se de passagem, brilhante.

Todavia repito que nosso requerimento, bem como outro requerimento de um companheiro de bancada, não foram aprovados na sessão de hoje, única e exclusivamente pelo clima emocional que viveu o Plenário, clima



emocional êste tão bem descrito pelo deputado Antônio Lopes Júnior que, como bem acentuou, aqui, estamos para dignificar o nome e a oposição do Poder Legislativo perante a opinião pública. Esta a observação que tinha a fazer a V. Exa., deputado João Mansur.

O sr. João Mansur — Agradeço e fica, mais uma vez, caracterizada que a bancada do Governo não está aqui para votar indiscriminadamente contra todos os requerimentos do MDB; estamos aqui para aprovar requerimentos que realmente venham de encontro e em favor do engrandecimento de nosso Estado.

O SR. MAURICIO FRUET — Tenho certeza, mas gostaria de aduzir que, infelizmente, êsses requerimentos vinham de encontro e a favor do povo paranaense.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). O requerimento de V. Exa. simboliza a preocupação de quase a totalidade dos homens que aqui estão.

Fazemos votos que outros acidentes não ocorram enquanto o DETRAN não colocar sinalização naquele trecho tão perigoso da Av. Paraná. V. Exa. relatou o terrível acidente onde perderam a vida oito pessoas. Queira Deus que nenhum outro pai de família venha a perder a vida naquele local, que crianças não fiquem sem seus pais em virtude do DETRAN não ter colocado sinalização.

O seu requerimento não era em benefício de uma meia dúzia, era em benefício do próprio povo de Curitiba.

Em razão das advertências já ouvidas a respeito do que ocorre naquele trecho, cabia ao DETRAN colocar sinalização antes mesmo que o assunto fôsse trazido para debate a esta Assembléia. A imprensa já vem tratando do assunto por vários dias.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Pedi êste aparte para ressaltar o que acabou de dizer o nobre Líder da ARENA. Isto muito nos tranquiliza e faz com que se tranquilize toda a Casa. S. Exa. disse que não é posição fixa de sua bancada votar contra os requerimentos do MDB. Isto muito tranquiliza a Casa, e faz com que os ânimos voltem à normalidade.

Quero dar meus parabéns ao ilustre Líder da bancada da ARENA por assim ter-se expressado, mostrando que está à altura de conduzir tão importante missão.

O SR. MAURICIO FRUET — Agradeço e gostaria antes de conceder o aparte ao ilustre deputado Alvaro Dias, dizer e participar aos eminentes Deputados que acreditamos muito, muito mesmo, no trabalho que é realizado no seio das Comissões, mas na sala das Comissões, onde a reunião é realizada normalmente, onde o assunto é debatido com tranquilidade. Muitas Vêzes o problema chega ao Plenário e as emoções de momento, em razão de determinada posição que no instante da votação não pode ser conciliada, não pode ser estruturada e justificada, faz com que dê margem a erros de interpretação, que, inconscientemente, nesta Casa possa votar contrariamente a uma determinada proposição, a um determinado Projeto.

Por êste motivo, também iremos propor, e gostaria, desde já, de contar com as idéias brilhantes de cada um dos companheiros brilhantes que compõem esta Casa, no sentido de que a reforma pleiteada ao Regimento Interno seja uma reforma objetiva, que possa render mais em trabalho, que possa render mais aspectos positivos e objetivos a esta Assembléia Legislativa.

O sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, ouvimos do Líder da ARENA, a sua disposição em aprovar requerimentos do MDB. Isso nos alegra, porque apresentamos vários requerimentos, pedindo informações, prerrogativa única que temos para fiscalizar mais de perto os atos do Executivo.

E êstes requerimentos, não foram aprovados pela Maioria da Casa. A



partir de hoje, portanto, vemos a possibilidade de cumprir com os nossos objetivos de oposição, de estar sempre atentos aos atos do Executivo, vigiando, em nome do povo, para que mais tarde não possamos ser chamados de coniventes, porque não atendemos às aspirações do povo do nosso Estado. Muito obrigado.

O sr. **Marciano Baraniuk** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Eu solicitei o aparte, não para falar em nome da Arena, não estou falando em nome do líder, mas observando os debates. Todos dever ter notado que sou de pouco pronunciamento, mas sou de prestar muita atenção. Eu quero justificar a minha opinião pessoal, porque a partir de hoje, — não tenho problema nenhum com o MDB, — mas a maneira como o Líder do MDB e outros srs. Deputados, da Tribuna, vêm se referindo aos srs. Deputados da ARENA, eu não acato com simpatia. Esta maneira de se pronunciar, dizendo da espinha curvada e outros termos usados, e daqui da Tribuna, pedir para que, através das suas críticas, das suas palavras, dirigidas em termos não corteses, eu pedia a estes Deputados para que apoiem a iniciativa. Portanto, se o MDB ou qualquer Deputado que apoiar, eu pessoalmente darei o meu apoio, desde que seja de interesse público. E também, se eu merecer o respeito dos ilustres Deputados que solicitarem meu apoio. É o motivo pelo qual peço que seja anotado e levado aos srs. Deputados, para o conhecimento da Casa.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Obrigado. Eu diria a V. Exa. que, muitas vezes, no momento emocional, a forma pelo qual um fato é transmitido, dá margem a uma série de interpretações, e nós achamos justo que se respeite as interpretações e os pronunciamentos emitidos pelos srs. Deputados. Porém me lembraria até de um fato ocorrido com um casal, cujo filho estudava em outra cidade, que dias após receber a mesada, enviou a seu pai um telegrama, e o pai, conversando com a mãe disse: veja que barbaridade, nosso filho me pede que mande dinheiro outra vez? Estava revoltado. Nisto, a sua mãe pegou o mesmo telegrama, virou-se para o pai e disse: Não, você está entendendo mal, e lê isto: — “me mande dinheiro, por favor”; — coitado. — E o dinheiro foi enviado.

Então, eminente Deputado, às vezes, no calor do debate, na emoção de cada um, se interpreta a manifestação de um Deputado. V. Exa. assim entendeu. E neste mesmo momento, no mesmo Plenário.

O SR. PRESIDENTE — Comunico que restam-lhe apenas 60 segundos para concluir sua oração.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Obrigado. Entendi a medida não como ofensiva e dirigida aos integrantes da Arena, mas em termos globais, em termos de estadista.

O sr. **Quielso Crisóstomo** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Eu queria congratular-me com V. Exa., com relação à solicitação da sinalização da Avenida Paraná, e comunicar que o eficiente serviço de trânsito já providenciou a referida sinalização. Muito obrigado.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Eu agradeço em nome daqueles todos que aqui nos procuraram solicitando esta medida, por ser realmente uma medida que choca aos olhos, e é clara e cristalina. Nada mais fez S. Exa., o sr. Diretor do Detran, do que cumprir com sua obrigação e estar bem situado na Direção desse importante órgão. Aliás, conhecemos a capacidade do engenheiro Marcos Prado, com quem tivemos oportunidade e o privilégio de conviver, e a quem dedicamos profunda admiração; acrescentando ser o único engenheiro no Paraná com curso de trânsito no exterior; portanto, é a pessoa certa, a nosso ver, naquele local. Mas fizemos este pedido porque acreditamos na necessidade urgente da adoção da medida.

Muito obrigado, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Para explicação pessoal, concedo a palavra ao sr. deputado **Armando Queiroz**.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Presidente, srs. Deputados.



Vamos pois, retornar ao nosso assunto: é a Constituição do Paraná. Se não estou equivocado, eu analisava o item 2.º, das irregularidades apontadas pelo impetrante do mandado de segurança, no processo de tramitação da Emenda que esta Casa aprovou.

Eu dizia e analisava as consequências deste episódio de se respeitar 24 horas, contadas, evidentemente, minuto a minuto, das matérias submetidas à consideração do Plenário. E a matéria é tão séria, srs. Deputados; a matéria traz como consequência fatos que evidentemente acarretam preocupação. E tanto acarretam, tanto isto é verdade, que ontem eu formulei uma questão de ordem sobre esta matéria, e até agora a Presidência não a decidiu.

Dai verificarem VV. Exas. como o problema é sério, e como o problema é delicado; porque eu não vejo, srs. Deputados, como possa a Presidência marcar uma sessão para o dia seguinte, quando deve votar a mesma matéria, só que em outra discussão, a não ser cronometrando o seu relógio. Não vejo como. E não vejo como possa a Presidência fazer isso; se é o próprio Regimento Interno que traz norma expressa, dizendo que as sessões ordinárias devem se iniciar às 2 e 30 horas. E o mesmo raciocínio, o mesmo princípio não tem outra interpretação, que só deva ser aplicada às sessões extraordinárias. Isto, no meu entendimento, em que pesem as razões lembradas pela bancada do MDB e que, por sua maioria, impetrou mandado de segurança e em que pesem, também, as razões, do excelentíssimo sr. Desembargador Relator. Eu não posso aceitar outras razões se não aquela de que o tempo se contará sempre pelo início das sessões.

O sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). O meu aparte poderia parecer jocoso, mas não é. Ao aceitar o princípio invocado pelo MDB com relação aos prazos, a Casa teria que ter em seu corpo um Departamento de Cronometragem, teria que ter cronometristas, a exemplo de que tem taquígrafos e outros funcionários. Haveria necessidade de certidões serem tiradas constantemente, e nunca se usou disto em nenhum Legislativo. Não há razão para a invocação feita pelo MDB.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Obrigado.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. Presidente, srs. Deputados.

Sem alusões, sem segundas intenções, tenho em mãos a ordem do dia da sessão do dia 3 de maio de 71, e também a ordem do dia de 4 de maio de 71, e depois votado na sessão de 4 de maio de 71. E frize-se que a sessão 6/71 que concedeu, no artigo 4.º, aumento de 30% aos vencimentos da Magistratura, foi para a Ordem do Dia, em 2a. discussão, na sessão de 3 de maio de 71, e depois votado na sessão de 4 de maio de 71. E frize-se que a sessão de 3 de maio terminou aproximadamente às 17,30 horas, e a sessão de 4 de maio teve seu início regimental às 14,30 horas. E me pergunto: Onde o interstício de 24 horas? Sem qualquer segunda intenção. Se considerarmos invalidada a Lei que concedeu os 30% aos Magistrados, como ficará o dr. Dorfmund, com referência ao interstício por ele considerado aqui como espúrio expediente usado pela Mesa desta Assembléia? Fica a colaboração ao argumento de V. Exa., de que é válido o interstício de sessão para sessão.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Agradeço o aparte. Então vamos à terceira irregularidade. "Ao lhes ser tolhida a votação das Emendas, conforme estatui o artigo 199, § 1.º, do R.I."

Na Comissão Especial, na qual fui Relator, apresentei uma Emenda. As Emendas, sr. Presidente e srs. Deputados, não precisaria dizer aqui, são substitutivas, são aditivas, são supressivas. São vários tipos de emenda, e a emenda substitutiva não deixa de ser uma emenda. Então o que veio para Plenário para discussão foi uma emenda substitutiva, e por que teria vindo uma emenda substitutiva? Por uma razão muito simples de entender. Porque foram apresentadas, à proposta de Reforma Constitucional, 108 emendas. Na qualidade de Relator, dei Parecer favorável a cerca de 30 ou 32 emendas.



Pouco me importando a origem do Deputado que a apresentou — isso eu faço questão de salientar — não me interessava saber se era da ARENA ou se era do MDB.

Pois bem, veio a Plenário uma emenda substitutiva, de acôrdo com o Regimento Interno da Casa, dêste Regimento que está aqui! Êste Regimento, esta Lei que rege os nossos hábitos de Plenário, os nossos costumes, as nossas práticas. E o substitutivo tinha preferência de votação — disposição regimental. Então, deveria ser votado em primeiro lugar. Qualquer um dos srs. Deputados sabe disso. Ocorreu, todavia, que os Deputados, ou alguns Deputados do MDB, requerem preferência para votação das emendas que tinham Parecer contrário. Era um direito regimental do sr. Deputado. Requereu preferência, usando das atribuições regimentais. O requerimento foi à apreciação, e o Plenário negou. Negou, é um direito que o Plenário tem. Porque na democracia, e em especial no regime presidencialista, existe uma Maioria e uma Minoria. A Maioria que aqui se encontra, representa a maioria do povo do Estado do Paraná. Esta é uma verdade inquestionável, que foi testada e provada nas urnas em que o povo depositou seus votos. Então, foi negado êsse direito que era regimental, de pedido de preferência. Negado, outra coisa não cabia à Mesa, senão colocar em votação a Emenda Substitutiva, que também é uma emenda. Que irregularidade teria havido nisso? Não sei.

Então, vamos à quarta irregularidade.

O sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Gostaria apenas de dizer que o Projeto a que fêz referência o nobre deputado Ivo Tomazoni, esteve na pauta em 3-4-71. E se não estou enganado, foi aprovado e não houve qualquer protesto em ata, de transgressão de Regimento ou Lei.

Em segundo lugar, êsse Projeto dizia respeito ao aumento de vencimentos do funcionalismo público, do servidor público em geral. Não era especificamente dos Magistrados. Quer me parecer que faltou, data vênia, um pouco de isenção na apreciação dessa matéria.

Por outro lado, e com relação a essa parte, V. Exa. aludiu e concordou também, que as demais emendas que receberam parecer contrário não foram votadas.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Exatamente.

O sr. Muggiati Filho — Muito obrigado.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Seria incoerente. Houve um pedido para que se votasse de forma preferencial.

Mas, vamos à quarta irregularidade:

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) O meu aparte é com relação ao tópico que V. Exa. acaba de falar. Quando se falou em Emendas Constitucionais, está escrito: "nenhuma emenda pode ser aposta a uma Constituição, sem que seja da iniciativa do Governador do Estado, ou apresentada por 1/3 dos Deputados".

Deputados pessoalmente, isoladamente, apresentaram emendas que foram aceitas pela Mesa. E V. Exa., em 30 delas, houve por bem considerá-las válidas. Nas futuras discussões, quem sabe apenas 1/3 tenha prerrogativa de apresentá-las.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Então, vamos a irregularidade n.º 4. Ao convocar-se a sessão especial para o dia 27 de maio, quando o Projeto estava em poder da Mesa e não havia passado pela segunda discussão, (art. 43, letra a) e nêle não poderiam despachar concomitantemente o senhor Presidente da Mesa e o senhor Presidente da Comissão Especial e esta, está adstrita ao processo".

Srs. Deputados, para refutar essa irregularidade, vou só me limitar a ler o que diz o Regimento: "Ao Presidente da Comissão compete: a) convocar suas reuniões, tôdas as vêzes que julgar necessárias". É uma atribuição dêle, do Presidente, e S. Exa. convocou regimentalmente, deu 24 horas.

Vamos, então, à análise da irregularidade n.º 5: na sessão extraordinária do dia 28, ao lhe ser negado prazo para encaminhamento de votação do re-



querimento de encerramento da discussão, e ao indeferir a Mesa recurso ao Plenário, do seu indeferimento àquela proposição (artigos 199, § 2.º, 125 e art. 97 e parágrafo).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica que restam apenas dois minutos.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Solicito prorrogação de prazo. (concedido)

O problema está afeto ao nosso Regimento e diz êle no artigo 134, parágrafo 3.º: são escritos, independem de apoio e discussão, e só poderão ser votados com a presença da maioria de Deputados. Requerimentos de: 1, 2, 3, 4) requerimentos que impliquem em encerramento de discussão.

Muito bem, êle se combina com o dispositivo do artigo 172. Ou melhor falando, o art. 172 diz o seguinte em seu parágrafo único:

“As proposições não sujeitas a discussão não admitirão encaminhamento de votação”.

Se era um requerimento que não comprovava discussão, evidentemente matéria escrita, matéria expressa, também não implicaria em encaminhamento de votação.

São estas as cinco irregularidades apontadas, e que ensejaram o Mandado de Segurança e que foram aceitas pelo Exmo. Sr. Desembargador Relator.

Agora vamos a outro detalhe que é muito sério. Estive lendo a Petição Inicial do Mandado de Segurança. Li, conferi e me surpreendi bastante com o item 7 do mesmo, que diz o seguinte:

(Lendo): — “Os meios de provas são “data vênia” os documentos que acompanham a presente e mais as certidões cuja requisição pedem ao EXMO. SR. DESEMBARGADOR RELATOR se digne de ordenar seja procedida, requisitando-se da Secretaria da Colenda Assembléia Legislativa do Estado, além das constantes do requerimento cuja cópia e certidão de despacho vêm inclusa, as que seguem:

a) — certidão em que conste a hora do início da sessão extraordinária do dia 26-05-71 e a hora em que foi anunciada, no dia anterior, a respectiva Ordem do Dia”;

O problema foi levado à apreciação judicial sem que provasse através da certidão desta Casa se houve ou não a irregularidade apontada.

“b) — certidão da ata da sessão do dia 28-05-71 (extraordinária) e dos termos do requerimento do senhor deputado Paulo Poli, pedindo encerramento da discussão”;

É evidente que também esta certidão não foi levada como parte integrante da votação.

O sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Tais fatos, e V. Exa. bem melhor sabe apreciar, são públicos e notórios.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — “c) — certidão de que, às 10:45 horas do dia 28-5-71, quando em pauta o Projeto n.º 15/71, de Reforma da Emenda Constitucional, não constava do mesmo qualquer despacho do senhor Presidente da respectiva Comissão Especial, convocando reunião da mesma Comissão para a tarde daquele dia, encontrando-se o referido Projeto, àquela hora daquele dia em 2a. discussão”;

Também não se juntou prova que carecesse fé pública de que teria havido essa irregularidade.

“d) — certidões do inteiro teor das notas taquigráficas de todas as sessões pelas quais tramitou o Projeto de Emenda Constitucional para discussões e votações, inclusive aprovação da redação final”;

Mais um documento que teria o objetivo de provar qualquer outra irregularidade também não foi juntado.

“e) — certidões das atas das sessões da Comissão Especial do Projeto n.º 15/71, desde a sua instalação até o encerramento dos trabalhos, inclusive das notas taquigráficas completas”.

Seria evidentemente, esta certidão, a prova de que teria havido cerceamento de direito, de que teria havido irregularidades. Também não foi juntado certidão do inteiro teor da Ata n.º 44, de 12-5-71, ou seja, da ata da ses-



são em que foi anunciado no Expediente a Mensagem Governamental n.º 8/71; também não se juntou certidão deste Poder, provando estas irregularidades.

**O sr. Muggiati Filho** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Nobre deputado Armando Queiroz, V. Exa., ainda melhor do que eu, sabe que através de um mandado de segurança, foi requisitado as certidões, principalmente quando quem as requereu, não as tem em seu poder, por não lhe as terem sido fornecidas oportunamente. Este é um dos casos; a Secretaria recebeu requerimento meu e, no tempo desejado, nós não tivemos a entrega destas certidões. Há um documento do processo, de que a Secretaria recebeu e mandou fornecer as certidões, despachadas pelo sr. deputado Ivo Tomazoni. Só eu acho o seguinte: permita, nobre deputado, que eu use da bondade de V. Exa., para dizer que esta alegação deve ser feita toda ela, com o brilhantismo que V. Exa. está fazendo, nos autos do processo, e não na Tribuna. Era o aparte.

**O SR. ARMANDO QUEIROZ** — Eu sou advogado, sr. Deputado. A Comissão Executiva, através do poder que tem, através da sua assessoria ou do advogado que fôr contratado, naturalmente, vai invocar isto. Mas vamos ver o que diz.

“Igualmente, requisitou da Mesa da Assembléia diversas certidões, demonstrando se houve ou não”. Vejam bem, srs. Deputados, demonstrando se houve ou não, violação às garantias constitucionais para o debate parlamentar previsto no Regimento Interno. E vamos mais adiante; vamos ver o que diz o sr. Renê Dotti, extraordinário advogado, excelente criminalista, muito ereto e muito conhecedor do Direito Penal, diz ele em suas declarações:

“A discussão da Emenda Constitucional não obedeceu para o debate parlamentar, assegurado pelo Regimento Interno da Assembléia. Este regimento foi alterado pela resolução 2/71, e que, por vezes, não foi respeitado, tal o aqodamento impôsto pela Maioria e pela Mesa, na discussão da matéria”.

E agora, verifico o que o sr. advogado impetrante, na matéria conclui: “E tudo isso ficará esclarecido com as certidões requisitadas pelo Desembargador Relator”.

Está muito bonito e regimental; aliás, é matéria processual, mas, srs. Deputados, vamos colocar os “pingos nos is”:

Requerer a suspensão da vigência de uma Emenda Constitucional, transformar o Paraná num caos jurídico, numa balbúrdia e numa confusão, sem que pelo menos se tivesse provado as irregularidades. Isto, para mim, com os meus 20 anos de advocacia...

**O sr. Sebastião Rodrigues** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Eu gostaria de lembrar a V. Exa., uma vez mais, que o que foi concedido foi apenas a liminar, não foi aprovado ainda o mérito do processo. Em V. Exa., parece, paira ainda uma dúvida sobre a decisão da Justiça. Então V. Exa. não tem, segundo eu entendo, também o direito de penetrar na intimidade do ilustre Desembargador, na intimidade daquele que convenceu a S. Exa.. Porque o único convencimento do juiz, V. Exa. há de admitir que existe, e se S. Exa., homem experimentado como é, afeito às lides jurídicas, jamais — e quero dar a ele o crédito de confiança, de debater a exigência jurídica, porque S. Exa. tem hoje, sobre si, os olhos de todo o Paraná, e quem sabe, da Nação brasileira. V. Exa. há de concordar comigo e me permitir dar um crédito ao ilustre Desembargador.

**O SR. ARMANDO QUEIROZ** — V. Exa. é advogado, eu também sou. Nós entendemos certos detalhes, certas minúcias. E na minha vida forense, é verdade que ela se desenvolveu no mato, em Campo Mourão. Mas, srs. Deputados, eu nunca, na minha vida, nunca requeri um mandato de segurança, pedindo concessão de uma liminar, sem pelo menos ter a cautela de provar, através de documentos hábeis, qualquer violação de direito. Porque eu, prezando, como sempre prezei, o meu nome de causídico, poderia incorrer num fato que cause muito desdouro para um advogado, de não ser minha petição recebida, por ser inépta. Mas, srs. Deputados, eu li, eu li a petição inicial. Deduzi que as provas essenciais, que as provas absolutamente necessá-



rias, aquelas que não podiam ser desprezadas para a concessão de uma liminar de tamanha importância, de tão enorme envergadura, e me perdoem, srs. Deputados, a única coisa que se fala aqui, em prova, é a juntada de exemplares de jornais.

Então, srs. Deputados, a liminar concedida, foi baseada em recortes de jornais.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. faz este pronunciamento da Tribuna se valendo do mesmo jornal; é a única fonte de referência até agora.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Deputado. Eu li a petição inicial.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao Sr. Deputado que restam apenas 60 segundos para concluir.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Eu vom concluir —

O sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Permita-me usar 10 segundos dêsse tempo para um aparte. Os jornais da Capital publicam aquilo que as notas taquigráficas fornecidas pela Assembléia, aos jornais, contém. Muito obrigado.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Que eu saiba, "O Estado do Paraná", até agora, não é órgão oficial para que possa se dar validade às suas publicações.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Ele sai em dia e o nosso não sai.

O sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Com relação à Constituição, o jornal diz que a Constituição caiu.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Eu não entendo mais nada. O fato, srs. Deputados, é este. Esta Assembléia está aí. Colocada na rua. Nem vale a pena estar falando, humilhada. Está aí, posta na rua, como autora principal de irregularidade, de confusão, de cerceamento, de tudo; o nosso conceito, srs. Deputados, que já não era essas coisas, hoje então, piorou. Esta é a verdade, e porisso estou aqui, porque pelo menos o que eu pude fazer, em especial quando fui Presidente da Casa, o que pude fazer para preservar aquilo que a Assembléia tem e precisa ter, eu fiz. Fiz, e se eu levasse a publico as coisas que eu precisei fazer aqui, esta Casa teria sido fechada.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Muggiati Filho, em explicação pessoal.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

O artigo 1.º da Constituição Federal, diz o seguinte: "O Brasil é uma República Federativa, constituída, sob o regime representativo, pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 1.º — Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido".

Aqui está, em resumo, a síntese do poder democrático, constituído por três Poderes — Legislativo, Judiciário e Executivo.

Nós defendemos, desta Tribuna, o direito que o ilustre sr. deputado Armando Queiroz tem de expender suas opiniões. Se fôsse preciso lutar para que ele viesse aqui dizer o que disse, lutaríamos, porque é um direito inalienável de S. Exa. Mas temos o direito de seguir nossa linha de não discutir um processo que se encontra "sub judice". E por que? Porque cabe ao Judiciário, como decorrência da própria Constituição Federal, aplicar a Lei. Se cabe ao Judiciário aplicar a Lei, não nos cabe, quando ele aplica a Lei — e discordo agora do deputado Armando Queiroz — não nos cabe, em absoluto, criar polémica em torno desta matéria porque isto poderia, inclusive, dificultar até o encaminhamento deste julgamento, criando óbices, isto sim, ao próprio Governo, ao Executivo. Não entendemos como pode um legislador sentir-se desonrado — foi exatamente o que pude interpretar daquilo que ouvi, em data de hoje, nesta Casa, pelo simples fato de estar um seu ato "sub-judice".

Então, seremos Deuses que nenhum de nossos atos possa ser julgado?



Somos infalíveis para não admitirmos ser julgados? Cristo veio ao mundo e foi julgado. E a consciência dos homens condenou seus julgadores.

E então, conciuímos, srs. Deputados, esta matéria deveria ser discutida lá no mandato de segurança. Lá é o local de discussão e não nesta Assembléia.

O SR. PRESIDENTE — Encontra-se sôbre a Mesa requerimento de autoria do sr. deputado Agnaldo Pereira Lima, pedindo a prorrogação da sessão por mais uma hora. Em votação. — **Aprovado.**

Continua com a palavra o sr. deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Retornando, sr. Presidente, srs. Deputados, não obstante nos vermos forçados a vir a estas explicações para elucidar alguns aspectos daquilo que aqui se disse com relação a que teria havido intromissão de outro Poder. Em absoluto. Não houve intromissão de outro Poder, no que diz respeito ao Poder Judiciário. Deve ficar bem claro. O Poder Judiciário foi provocado através de um processo de mandado de segurança.

O sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (**Assentimento**). Quando um Poder é provocado e não é apto para julgar, êle declara-se incompetente para julgar.

O SR. MUGGIATI FILHO — Isso é matéria dos Juizes e não nossa. E se impetramos mandado de segurança, foi porque nos sentimos cerceados, prejudicados, naquilo que nós, como legisladores, encaramos ser de direito.

O sr. Arthur de Souza — Eu ia mais longe, nobre Deputado, um Poder que vai julgar tem "parte pri".

O SR. MUGGIATI FILHO — Como o Poder Executivo e o Legislativo também têm. Daí a magestade do Poder Judiciário.

O Poder Judiciário, na sua magestade, representa o ponto fundamental para a sustentação do regime democrático.

O sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (**Assentimento**). O Tribunal de Justiça, suspendendo a vigência do ato que promulgou a Emenda, êle, evidentemente, está pendendo a própria Constituição, no que V. Exa. não entende bem, mas eu entendo assim.

Agora, gostaria de perguntar a V. Exa., e segundo me parece está nas Constituição — não sei se vão prevalecer daqui para frente — quem argüia um ato de inconstitucionalidade é o Supremo Tribunal Federal.

E o único Poder que pode suspender um ato é o Senado Federal.

Então, como ficamos? O Tribunal de Justiça suspendeu a Constituição. Agora, poderia suspender êle a vigência de uma Lei em tese. Será que isso se aplica a uma Lei em tese, ou aos casos concretos que forem surgindo.

Eu não entendo, a não ser que Constituição seja para não ser entendida.

O SR. MUGGIATI FILHO — Confesso a V. Exa. que tenho alguma dificuldade em entendê-lo, porque V. Exa. ironiza, e eu não posso compreender. Os apartes que têm me oferecido com relação a esta matéria, têm sido todos irônicos, e eu não sei estudar um assunto sério, irônicamente.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (**Assentimento**). Gostaria de responder ao aparte do deputado Armando Queiroz. S. Exa. não deve estranhar, não foi o mandato concedido contra a aplicação da Lei, em tese, mas contra um ato administrativo. Agora, se isso indiretamente resultou na suspensão da Lei, não explica, por outro lado, que o mandado tenha sido concedido para sustar a Lei. Porque no caso de ser válido o argumento de V. Exa., o sr. deputado Armando Queiroz, todo mandato contra ato administrativo, seria contra a lei em tese. Porque o que vemos nos Tribunais, os recursos através de mandatos de segurança, contra atos administrativos, resultam muitas vezes na impugnação das leis que lhes deram origem.

O sr. Armando Queiroz — Quero pedir desculpas a V. Exa., se houve alguma ironia em meus apartes. Talvez tivesse feito alguma ironia, mas não a V. Exa..

O SR. MUGGIATI FILHO — Percebi que não foi para mim, mas V. Exa. confessa que foi irônico.



O sr. Armando Queiroz — Mas não a V. Exa., porque o considero muito. Reconheço que a matéria é de alto interesse do Estado. De alto interesse jurídico e deve, ser, realmente, tratada com seriedade.

O SR. MUGGIATI FILHO — Estou de pleno acôrdo com V. Exa.. Mas do jeito que V. Exa. fala, então não se poderia admitir que um ato do Poder Judiciário também fôsse suspenso, ou até revogado. E V. Exa. sabe que é possível.

O sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte?

O sr. Armando Queiroz — O que posso entender, é que ao suspender, cassando um ato, êle suspende a execução de uma lei inteira. Tudo que nela se contém. É este meu problema. Cassou o ato, conseqüentemente, está suspensa tôda uma Lei em tese. Isso é que não posso compreender. E essa atribuição de suspender, é do Senado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Se fôsse chegada a inconstitucionalidade, — o que não foi. A alegação feita, foi contra atos praticados, que eivaram o processo legislativo, ferindo direitos líquidos e certos.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. foi aparteado pelo ilustre jurista Armando Queiroz, que hoje já, por uma série de 8 a 10 vêzes, afirmou que caberia apenas ao Senado Federal a suspensão da Constituição. Então, indagaria, por intermédio de V. Exa., — porque não poderei daqui dialogar com o deputado Armando Queiroz — com que fundamento caberia ao Senado Federal, a apreciação do caso, do recurso interposto pela bancada do MDB?

O SR. MUGGIATI FILHO — Alguns.  
mas V. Exa. disse há pouco que os apartes que lhe foram oferecidos, foram todos irônicos.

O SR. MUGGIATI FILHO — Alguns.

O sr. Arthur de Souza — Não, V. Exa. disse todos. Porque o meu aparte poderia ser contundente, mas não irônico. O meu aparte não foi irônico.

O SR. MUGGIATI FILHO — Absolutamente. Notei ironia nos apartes do deputado Armando Queiroz, e no aparte do deputado que ora ocupa a Presidência, (Ivo Tomazom); confesso, tenho dificuldade em apreciar matéria tão importante, tão séria, quando se a trata pelo lado irônico.

Estou acostumado, talvez não com a intensidade de V. Exa. pois aqui existem advogados mais ilustres do que eu, talvez sou o que menos condições teria de vir a esta Tribuna ou a esta Assembleia, mas acho que o processo judiciário tem muita semelhança com o processo legislativo. Em muitos pontos nos servimos da aplicação análoga da Lei.

Respeito a decisão da maioria ao rejeitar um requerimento de minha autoria. Respeito esta decisão. Não será por isto que deixarei de trazer outro requerimento. Continuarei até que Deus me dê forças de cumprir meu mandato, até o último minuto.

O sr. Wilson Brandão — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. referiu-se ao deputado Armando Queiroz, dizendo que tratava o assunto com ironia. Admiro o deputado Armando Queiroz que, ao assumir essa Tribuna, como advogado militante, que é do conhecimento geral, sabemos que foi julgado o mandado de segurança com provas de jornais...

O SR. MUGGIATI FILHO — Requeiro, sr. Presidente, mais 15 minutos. Peço ao sr. Presidente que me devolva a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Temos a comunicar ao nobre Deputado que seu tempo está esgotado.

OSR. MUGGIATI FILHO — Requeiro, sr. Presidente, mais 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE — Concedido.

O sr. Wilson Brandão — Queria apenas concluir o meu pensamento.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. vai concluir à minha revelia.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa que, regimentalmente, Deputado somente pode apartear quando quem está na Tribuna aquiesce.



O sr. Wilson Brandão — V. Exa. permite um aparte? Assentimento). Quero apenas terminar o meu pensamento. Deixei de fazer uso da palavra na Hora do Expediente, mas estou inscrito para falar em Explicação Pessoal.

Queria dizer que até nos dificulta, quando tratamos do assunto de mandado de segurança, quando na nossa vivência profissional, que V. Exa. também conhece o assunto, quantas medidas acauteladoras propusemos ao nosso judiciário, e quantas vezes tivemos benefícios da liminar. O que eu estranho, nobre deputado Muggiati Filho, como V. Exa. também estranhou; a liminar tão rápida, proferida pelo Tribunal; é que a serenidade, a condição primordial de um juiz, esta serenidade está faltando, esta serenidade faltou, e é lamentável que isso ocorra no Paraná. É lamentável que como aqui se falou, o Brasil todo tem ciência dêste ato, é lamentável, que o Brasil todo saiba que foi suspensa a Constituição...

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. já tomou, em outra ocasião meia hora do meu prazo em apartes. V. Exa. faz discursos paralelos. Eu tenho grande honra em ser aparteado por V. Exa., V. Exa. é um brilhante advogado, um excelente Parlamentar, mas eu pediria a V. Exa. que apartear-se, mas não fizesse discurso paralelo ao meu, porque eu fico sem poder falar. É uma posição difícil para mim, assistindo V. Exa. falar, de minha Tribuna...

O sr. Wilson Brandão — Eu agradeço, nobre Deputado; foi apenas para expor o meu ponto de vista aos bachareis que estão envergonhados, que representam o povo nesta Casa, para que possam debater livremente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Está com a palavra o nobre deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — De modo que nós temos razão de vir a esta Tribuna, dizer que esta matéria, agora, se encontra fora do nosso alcance para o debate, para sua discussão, cujo debate e cuja discussão só pode gerar consequências menos agradáveis. E é muito claro, porque os srs. imaginem-se duas pessoas que estejam demandando, em juízo, a respeito de um direito de alta importância, a cada vez que se encontrarem, passarem a discutir. Pois se o problema já se encontra no Poder Judiciário, foi porque na discussão não se conseguiu chegar a um acordo. De modo que não há possibilidade disso; o que há possibilidade, é de que nos mantenhamos no nosso nível de legislador, conscientes do que todos nós somos e aproveitamos disso, não no mau sentido, mas no de que nos sirva a lição, para o nosso aprimoramento. Para cá viemos para aprender com esta Casa; não foi com outro objetivo; foi para trabalhar, para participar de tudo aquilo que nos é assegurado pela Constituição do Estado. De modo que, quando vemos a matéria ser dispersada da maneira com que se dispersou neste dia, embora eu admita a explanação brilhante do Relator da Emenda Constitucional, nós devemos nos curvar, isto sim, a este preceito constitucional, de que todo o poder emana do povo. E nós aqui estamos em função do povo.

Desejaria, sem que o tivesse relegado o plano secundário, de responder ao aparte do deputado Antônio Belinati. Respondo ao aparte do nobre deputado Antônio Belinati, dizendo que consideramos os casos de declaração de inconstitucionalidade por parte do Supremo Tribunal Federal e, conseqüentemente, do encaminhamento da matéria, através do Senado, matéria não referente a este caso. Não seria caso análogo.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas me referi aos apartes do ilustre jurista, Armando Queiroz, que afirmou várias vezes que caberia apenas ao Senado Federal e não ao Tribunal de Justiça. Nós fizemos assim, uma espécie de indagação, por intermédio de V. Exa..

O SR. MUGGIATI FILHO — Devo dizer a V. Exa. o seguinte: Considero respondida e válida a minha resposta. Devo dizer a V. Exa., com re-



lação a matéria de fato, que, em Direito e em busca da Justiça, o ponto fundamental é o caminho da Justiça. O que se busca é o caminho da justiça. Então, em Direito, quando se procura este caminho, e quando se quer uma decisão que deve ser justa, que deve fazer justiça, embora muitas vezes uma decisão que faz justiça hoje, possa, como houve naquêlê célebre caso de Minas Gerais, praticar-se uma injustiça; ninguém é infalível. Quando se procura, quando as partes se atiram em busca de uma decisão, elas usam, naturalmente, de todos os recursos legais que têm em mãos. Então, cada um argumenta, da forma como lhe é dado argumentar, em razão dos fundamentos de fato que possui. Um argumenta de um modo, porque os fatos para êle são de determinada maneira. Mas, eu digo a V. Exa., conquanto nós tivéssemos sido aparteados no que diz respeito à matéria de fato e à matéria de prova dêste mandado de segurança — eu não queria me referir a êsse processo mas vou me referir, para exemplificar bem o caso, a V. Exa. Referiu-se, as referências aqui feitas, foram no sentido de validade de provas; que em nosso entendimento as provas que nós coletamos e que entregamos e que o ilustre advogado, eminente professor de Direito Penal que nos representa, juntou na peça inicial, são bastante para o início, para o encaminhamento dêste mandado de segurança. Principalmente porque os fatos alegados ninguém contestou. Os fatos são fatos públicos e notórios.

O sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Até certa parte eu concordo com V. Exa..

O SR. MUGGIATI FILHO — Muito obrigado.

O sr. Armando Queiroz — Até certa parte. Porque o mandado de segurança, nas condições em que foi proposto, alegando esta irregularidade, mais o cerceamento, até aí está tudo muito bem; é um direito. O que eu não posso concordar — aí é que vai a nossa divergência, é que se conceda um mandado liminar de tamanha altura, numa matéria de tão extraordinária importância, criando, no meu entendimento, uma balbúrdia na ordem jurídica do Estado, sem que, pelo menos, srs. Deputados, o sr. Relator tivesse em mãos, os documentos comprovando as irregularidades apontadas. Porque, V. Exa. há de convir comigo, há uma determinada imprensa do Paraná que está envolvida em tumulto, em brigas, em conflitos; e esta imprensa é que tem feito tôda esta celeuma; tem escrito o que bem entende; desvirtua da maneira que quer e, portanto, na minha opinião, se algum exemplar dêste jornal foi levado, êste jornal é suspeito. Isto eu queria dizer a V. Exa..

O SR. MUGGIATI FILHO — Devo esclarecer a V. Exa. que há exemplares da "Fôlha de Londrina", junto ao Mandato de Segurança, inclusive. E acha que tôda a matéria referente...

O SR. PRESIDENTE — A Presidência quer informar a V. Exa. que dispõe de 2 minutos para concluir.

O SR. MUGGIATI FILHO — Muito obrigado, sr. Presidente.

...que tôda a matéria referente aos debates desta Casa, é encaminhada à imprensa. E além do mais, êsses fatos foram ainda corroborados por cópias de requerimentos encaminhados por esta Casa, contendo assinaturas dos requerentes. E não vemos, em absoluto, qualquer motivo para que se precipitem acontecimentos em face de ter havido a suspensão liminar desta Emenda Constitucional. A Constituição está em vigor. Suspensa a Emenda, logicamente a nossa vida constitucional é igualzinha à nossa vida constitucional de antes da Emenda Constitucional. E se tivermos consciência de que todo poder emana do povo, e em seu nome deve ser exercido, nós, no momento em que se deve pronunciar a Justiça, num contraditório em que as partes serão ouvidas...

O sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Não sei se vou dar bem o aparte. Esta matéria de promulgação da Emenda Constitucional se contém no capítulo "elaboração legislativa". Inclusive citei



daqui a 90 dias o Tribunal de Justiça confirma a liminar. Então, matéria destas.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. sabe que existe recurso de revista no processo para que duas decisões diferentes sirvam de motivo de reapreciação.

O sr. Armando Queiroz — Reconheço. Mas citei um fato em que já houve decisão. Será que poderemos, por exemplo, modificar o Regimento Interno do Tribunal de Justiça? Ou aquilo é atribuição exclusiva e específica dele?

O SR. MUGGIATI FILHO — O aparte de V. Exa., no final, é brilhantemente irônico, e me congratula com V. Exa. porque está sendo mestre na ironia.

O sr. Armando Queiroz — Não é ironia.

O SR. MUGGIATI FILHO — É ironia. Não pretendemos reformar o Regimento, através de mandado de segurança. Então V. Exa., data vênha, não leu bem o pedido. Pretendemos que o Regimento seja respeitado. Isto sim.

O sr. Armando Queiroz — Pelo amor de Deus! Quero dizer que com esta decisão liminar do Tribunal, houve intervenção do Judiciário neste Poder.

O SR. MUGGIATI FILHO — Em absoluto! Houve, sim, uma aplicação da Lei, visando garantir direito líquido e certo, que não se deve confundir com ingerência. A plena autonomia do Legislativo, do Judiciário e do Executivo, são condições primordiais para a existência da democracia.

O sr. Armando Queiroz — Até que ponto vamos chegar? Amanhã, ou daqui a 90 dias o Tribunal de Justiça confirma a liminar. Então, matéria decidida. Nós não poderemos mais fazer sessão às 2,30 horas. Houve uma interferência aqui dentro.

O SR. MUGGIATI FILHO — Encerrando, apenas para responder ao aparte do senhor Armando Queiroz, eu acredito que falou o advogado e não o legislador. Não acredito que o Legislador Armando Queiroz, homem consciente e ciente dos princípios fundamentais do Direito, chegue a esta conclusão. O advogado pode chegar, na defesa da causa que defende, sentindo-se como legislador parte no feito...

O sr. Armando Queiroz — Vou dizer que vim a esta Tribuna hoje para fazer a explanação que fiz e para dizer, agora, perante todos que estão aqui presentes, e me responsabilizo por esta declaração. Seja qual seja a consequência do recurso, fiz isto tudo porque entendi, porque entendo, como advogado, como legislador, como cidadão, que a decisão liminar foi um ato político e não jurídico.

O SR. MUGGIATI FILHO — É uma opinião de V. Exa.. V. Exa. tem o direito de expor sua opinião, nesta Casa. Nós a contestamos veementemente, e admitimos que ela seja fruto do ambiente que se implantou no Paraná, através do Governo do Estado, onde tudo tem sido feito à base da política. Mas, queremos isentar o Poder Judiciário disso. Muito obrigado! (Com revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Wilson Brandão, para explicação pessoal.

O SR. WILSON BRANDÃO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Serei breve. Acho que não podemos passar apenas como espectador num momento trágico como que vive o Paraná, porque isso seria acovardarmo-nos do que está acontecendo.

Falar sobre a tese jurídica de que um Tribunal de Justiça de Estado acolhe um pedido de mandado de segurança, liminarmente, com provas de jornais, já outros falaram. Jornais que, pode-se dizer, estão fazendo uma



guerra psicológica e que poderiam ser até enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Mas, este, srs. Deputados, é para nós um momento de tristeza.

Para nós foi uma grande surpresa tomar conhecimento dos acontecimentos. Surpresa não foi só para a Assembléia, não foi só para a bancada da ARENA, não foi só para o Governo do Estado, mas também foi surpresa para os próprios impetrantes.

Não é concebível, srs. Deputados, que com fatos consignados em jornais, orjais que há muito tempo não se conformam com a mudança política do Estado, e cuja mudança foi imposição, foi imperativa da própria Revolução que se estabeleceu no Paraná, pondo fim a uma corrupção que reinava. Foi o imperativo do próprio Presidente da República, que escolheu um homem para gerir os destinos do Paraná.

É lamentável, srs. Deputados, que essa mesma imprensa inconformada proceda assim.

de Maringá, que relatam todos os atos do Governo, em mais de três fó-  
lhas, sem receber um tostão sequer.

E esse mesmo jornal, lá em Maringá, disse-nos, quando soube que um jornal da Capital recebia 80 milhões de cruzeiros mensais do Governo passado, "não precisamos de um tostão do Governo". E quem recebeu essa importância foi um jornal que nem todos procuram, um jornal de pouca tiragem. Não falo o nome porque o povo vai ter ciência dos milhões gastos em jornais do Paraná e também do Rio e de São Paulo, e com os canais de televisão, porque esse dinheiro, agora, vai ser convertido em escolas, em obras.

O sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, eu queria lembrar a V. Exa. que entrei com um pedido de informações, nesta Casa, ao sr. Chefe do Poder Executivo, para que nos esclareça as quantias gastas com toda essa propaganda, com promoções.

Acredito que quando esse pedido chegar a esta Casa, todos iremos ver quanto ganharam, um por um, os jornais de nosso Estado, e de outros Estados também.

O SR. WILSON BRANDÃO — Deputado Armando Queiroz, acredito que o pedido de informações de V. Exa. trará uma resposta do Governo, que vai estarrecer todo o Paraná. Mas, acontece que a grande prova, que convence o Relator dêsse mandado de segurança, é lamentável que assim o digamos, essa grande prova, é um jornal.

Dizia o deputado Muggiati Filho, que também a "Fôlha de Londrina" se referiu ao caso e comprovava que não eram somente os jornais da Capital, mas também a "Fôlha de Londrina".

Essas são as provas que convenceram o Poder Judiciário, através de um de seus representantes, jogando na lama as tradições jurídicas de nosso Estado. Para amanhã, estouram as manchetes de todo o País o "impossível acontece", esses fatos do Paraná.

S. Exa., o sr. Governador Haroldo Leon Peres, está hoje em Brasília, junto aos seus amigos, ao seu Chefe, tratando do assunto. Acredito que é um momento sério, quando se tira a vigência de uma Constituição do Estado, de uma Constituição que foi conquistada com sacrifício da maioria desta Casa, que vai recebendo aplausos de todo o povo paranaense. Lamentavelmente, um ato tirou a vigência de uma Constituição!

Esse fato, srs. Deputados, é de estarrecer. Uma liminar, qualquer estudante de Direito, quanto mais uma dezena de bacharéis que compõem esta Casa, não poderia silenciar quando tem ciência de que essa liminar só poderia ser concedida se provas fôsem apresentadas, como medida acauteladora, face a irreparabilidade do direito ferido.

E de lamentar que falte no Paraná a tranqüilidade. Estamos aqui tranqüilos para o trabalho. O Governo está tranqüilo. Há poucos dias, numa



reunião do Rotary, em Maringá, dizia eu que o Governo Leon Peres será um dos maiores governos que o Paraná já viu. Disto temos convicção, e estamos convencidos, pois seus Secretários dizem a nós, Deputados "êste Governador é um homem que nos alimenta pela sua inteligência, pela sua capacidade e pela sua integridade". É a hierarquia que se impõe através do respeito aos seus servidores. Com isto não se conformam os que perderam, aqueles que não querem bem seu Estado, aqueles que não se conformam com a mudança do Governo, aqueles que não se conformam com o fim da "marmelada", com o fim da corrupção. Esta é a grande verdade.

Justifico o direito partidário do MDB ao ter interposto êsse Mandato de Segurança. Justifica-se pela sua ideologia partidária. Mas sabemos também que eles têm ciência de que esta Constituição vai tirar longos vícios, e que outros Governos não tinham a condição de assim proceder. Somente um Governo indicado pelo Chefe da Nação teria esta grande responsabilidade perante o destino de seu povo; teria esta obrigação e êste direito, para o bem de seu povo, de fazer uma Constituição conforme o princípio, a norma e o esquema do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE — Lamento informar que o tempo de 15 minutos de que V. Exa. dispunha está esgotado.

O SR. WILSON BRANDÃO — Solicito que seja prorrogado.

O SR. PRESIDENTE — Está prorrogado.

O SR. WILSON BRANDÃO — Obrigado. Não encontro o que dizer "ferrir direito líquido e certo". Não encontro meios e nem condições. Tem-se ouvido que não houve tempo de discutir. Mas desde que se falava em uma Emenda Constitucional, sem que esta aparecesse nesta Casa, aqui já se discutia sobre o assunto. Esta emenda foi à Comissão Especial; teve o Relator o cuidado de trazer ao conhecimento da Casa e assim, votamos sem cerceando de defesa. Eu não sei no que se baseia cerceamento de defesa; é claro que logo mais, a televisão esteja, na sua guerra psicológica, fazendo o que vem fazendo desde a posse do nôvo Governador; achincalhando esta Casa, tirando o brilho dos srs. Deputados que fazem seus brilhantes pronunciamentos, para colocá-los em uma condição de fúria, englobando-os num significado de rôlo compressor. É esta a fisionomia que querem fazer penetrar em todos os lares do Paraná, e, aqui na Capital e no norte, quanto temos presenciado que a população já não está mais aceitando êste ato; caíram no ridículo e o tempo, que fala mais alto, vem explicar, através de um Governo que recebeu os aplausos da maioria da Casa, mesmo sem a cobertura do povo, vai aplaudí-lo através da sua obra e do seu ato de coragem, de pôr o Paraná em ordem, custe o que custar; de trazer o respeito de sua autoridade, de trazer a paz aos seus concidadãos. Acredito na seriedade dêste Governo, acredito na sua integridade; por esta razão não nos curvaremos como mediocres, cruzando os braços como se tudo o que aí existisse, desta propaganda sórdida que fazem contra o Paraná, nós estivéssemos com ela de acôrdo. É deplorável quando um Desembargador perde a seriedade, perde o respeito próprio; em vez de envergonhar não só a Magistratura do seu Estado, mas os seus advogados, que aprenderam a um raro gráu que receberam, envergonhando-os, manchando a tradição do nosso Estado; porque nos comentários do Supremo Tribunal, lá se vai cogitar desta mediocridade, desta irresponsabilidade, com que houve um desembargador do Estado do Paraná. E é neste caso que nós dizemos: — lavamos a roupa suja; e dizemos isto como advogados, porque sempre apelamos para o Tribunal, no acolhimento do Direito. E não é possível, quando o Paraná todo nos pergunta, de esquina a esquina; o que é que vocês fazem como representantes, quando tiram, quando tohem seus Direitos? Quando interferem nos direitos do legislador, por mesquinha? E se fala em imparcialidade; se fala em seriedade e respeito ao Direito. É lamentável que isto ocorra, e que a imprensa nacional não comente êsse fato. Para que o povo não se sinta enver-



gonhado. Mas a roupa suja, é necessário que se lave nesta Casa, e que tenhamos a dignidade de assim dizer. Porque eu sou advogado. Vim como Deputado, não para arranjar empregos no Tribunal de Contas ou qualquer emprêgo no Governo. Vou voltar, quando sair desta Casa, à minha banca, mas tenho orgulho de estar registrado nesta Casa. Mas eu me envergonho, eu me envergonho, eu me envergonho disto que aconteceu; eu me envergonho do ato dêste Desembargador; dêste Desembargador, que lhe faltou seriedade. Eu me envergonho, que lhe faltou capacidade, vindo de manchar as tradições jurídicas de nosso Estado.

Há poucos dias, faleceu na cidade, Chico Raitani. E foi a grande perda jurídico. Eu pensava aqui fazer um voto de pesar ao seu falecimento, e por um lapso deixei de assim o fazer. Este homem engrandece as letras jurídicas de nosso Estado; é no Rio, é em São Paulo que se fala em Chico Raitani. E hoje, por descalabro, vai se falar num quadro negro da história jurídica do Brasil. O nome de um Desembargador do Paraná que acolheu o mandado de segurança dos mais graves da História do Brasil, sobre fatos baseados em jornais.

É lamentável, é vergonhoso que aqui estejamos falando neste momento, para dizer que lamentamos; lamentamos o que aconteceu no Estado. Não é política que brota de nosso peito; é a vergonha de, como bacharel, dizer que amanhã ainda teremos condições de pleitear o quê? A Justiça. Pleitear o que? O Direito, neste Tribunal que aí está.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 9, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 142-70;

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 130-70; 243-70 e de Resolução n. 8-71;

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 286-70;

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 310-70.

Levanta-se a sessão.